

SESSÕES DO PLENÁRIO

104ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de outubro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1ºVICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto e Zé Raimundo.(53)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 08/09/2015.

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões

dos dias 08, 14 e 28/09/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Submeto agora ao Plenário as atas das seguintes sessões: 92ª, 94ª, 99ª e 100ª Ordinárias, realizadas, respectivamente, em 23 e 29/09 e 08 e 13/10/2015; 13ª e 14ª Extraordinárias, realizadas ambas em 05/10/2015; e 51ª, 52ª, 54ª e 56ª Especiais, realizadas, respectivamente, em 29/09, 01, 02 e 09/10/2015.

Em discussão as atas que acabam de ser submetidas ao Plenário. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.**(Oradores inscritos)**

Com a palavra a deputada Luiza Maia para iniciá-lo.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, é ruim - não é, deputado Herzem? - falar sem ninguém neste Plenário. Sem deputado, é claro, não é? As taquígrafas estão todas aqui. Mas eu faço questão de ler esta fala minha aqui e pedir que se registre nos Anais desta Casa. Vou falar hoje do conselheiro Paolo Marconi, do Tribunal de Contas dos Municípios. E peço novamente que o que lerei agora seja inserido nos Anais, porque esse moço precisa ter alguém que dê uma freada na ganância dele, na perseguição aos prefeitos da Bahia e, de forma muito especial, ao ex-prefeito de Camaçari Luiz Caetano.

(Lê) “O Tribunal de Contas dos Municípios marcou para a tarde de hoje...” - já deve estar acontecendo lá - (...) “o julgamento das contas do prefeito Caetano, ainda do período de 2012, com relatoria do conselheiro Paolo Marconi.

É curioso que as contas de um prefeito, ainda do exercício financeiro de 2012, demorem mais de 3 anos para serem julgadas. Hoje, qualquer prefeito, quando conclui o mandato, fica indefinidamente à disposição do Tribunal de Contas, que 10 anos depois pode entender em lavrar um termo de ocorrência ou realizar uma auditoria.

Mas não é somente isso! A situação do julgamento das contas de Camaçari de 2012 é ainda mais grave! O conselheiro Paolo Marconi é meu inimigo pessoal, ingressou com mais de uma ação judicial contra mim, porque fiz aqui desta tribuna a defesa do ex-prefeito Caetano.

Os fatos discutidos nos processos que Paolo ajuizou contra mim dizem respeito ao mandato do prefeito Caetano. Por todos esses motivos é que Caetano arguiu a suspeição do conselheiro Paolo para julgar as contas dele, as de 2012. E pasmem, Srs. Deputados! O conselheiro Paolo é quem julgou a sua própria suspeição, violando todas as regras jurídicas.

(Lê) “(...) É um absurdo jurídico o julgamento da suspeição pela própria pessoa contra quem foi ela oposta. Recentemente assistimos ao julgamento das contas da presidenta Dilma pelo TCU, Tribunal de Contas da União.

A presidenta Dilma também arguiu a suspeição do relator Augusto Nardes. No entanto, não foi ele mesmo quem julgou a sua própria suspeição, mas sim o ministro Raimundo Carreiro. O governo do Estado também arguiu o impedimento do conselheiro Pedro Lino no caso da Fonte Nova. E eu lhes pergunto: foi o conselheiro Lino que julgou o seu próprio impedimento? Não foi. Mas no TCM o conselheiro Paolo Marconi julga a sua própria suspeição.

Um absurdo! Um abuso! E o que é pior: na cidade de Camaçari a Oposição já anuncia desde a semana passada que as contas serão reprovadas, o que tem sido reproduzido como notícia em todos os veículos de comunicação. Ainda que o TCM tenha conselheiros dignos e honrados, os julgamentos não podem ser realizados de qualquer modo. É preciso respeitar as regras jurídicas!”

E aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria dizer mais uma vez que esse conselheiro não tem competência nem capacidade para ser conselheiro porque ele não compreende qual é o papel dele! Todos nós sabemos que o Tribunal de Contas dos Municípios, ou, melhor dizendo, qualquer Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas aqui na Bahia o que vemos é uma série de perseguições, de posturas incorretas. E até uma perseguição aos prefeitos na Bahia de forma absurda!

Queremos fazer este debate. Farei daqui um apelo ao deputado Luciano Ribeiro, um grande jurista, para que nos ajude nesta discussão, porque só em quatro Estados do Brasil existem Tribunais de Contas dos Municípios: aqui na Bahia, no Ceará, em Goiás e no Pará. Além do mais, sabemos como é que acontecem as aprovações de contas e os comentários ruins, inclusive, que há em relação à postura do Tribunal de Contas deste Estado.

Então, faço este apelo para que realmente retomemos esta discussão. Acho que o TCM e, principalmente, esse conselheiro abusaram, passaram todos os limites! E nós, que somos o Poder responsável para julgar as contas de qualquer Executivo, não podemos aceitar isso! Inclusive, Sr. Presidente, porque não tem quem julgue as contas do Tribunal de Contas dos Municípios!

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputadas, a Bíblia Sagrada, Jó, Capítulo 24, diz: “Por que o Todo-Poderoso não designa os tempos de julgamento e por que os que o conhecem não vêem tais dias?

Há os que removem os limites, roubam os rebanhos e os apascentam.

Levam do órfão o jumento e da viúva tomam-lhe o boi.

Desviam do caminho os necessitados.”

Sr. Presidente, primeiro quero agradecer ao deputado Rosemberg. Não estava aqui no dia de ontem porque estou com uma neta minha muito doente. Ontem foi

liberada, mas com um problema grave. E não pude nem estar nessa terça-feira neste Plenário na votação dos projetos. Porém fui informado que o Líder do PT nesta Casa visitou a nossa Fundação e fez palavras bondosas, creio eu, porque aquele trabalho é muito difícil. Até porque os hipócritas que falam daquele trabalho lá não pisam, desconhecem e criam perversidades contra ele.

Então, quero realmente agradecer o generoso relatório do deputado Rosemberg Pinto e pedir a Deus que continue com as mãos estendidas sobre a vida dele, guardando-o e livrando-o do mal.

Sr. Presidente, eu gostaria também de dizer a V. Ex^a. que ainda com o governador Jaques Wagner eu coloquei a minha disposição de, se eleito, sair do mandato para cuidar de dependentes químicos no nosso Estado. Ele é testemunha disso, até porque não sou político, há horas que nem compreendo muito bem por que estou aqui neste lugar. Só se justifica pelas pessoas maravilhosas, pelos homens e mulheres que aqui estão, não só os deputados mas também os funcionários desta Casa. Conheço pessoas de bem, é claro que entre tais pessoas há os equivocados, as equivocadas, mas, por esses e essas, eu oro.

Continuo dizendo à Bahia e ao Brasil e ao governador Rui Costa que se fosse possível sentar comigo e fazer um acordo para eu me afastar do mandato e cuidar de dependentes químicos, que é uma coisa que me agrada. Eu digo aos deputados de Oposição com muita sinceridade: se os deputados de Oposição e de governo, se todos os políticos que me ouvem entendessem o que eu estou falando, poderiam logo mais se reunir e cobrar de mim o afastamento do mandato se, porventura, me conseguissem feijão, farinha, arroz, energia elétrica, gás de cozinha para ajudar aquele trabalho que faço.

São 1.182 pessoas internadas, eu vivo para aquilo e não faço aquilo porque sou bom nem porque sou deputado. Faço aquilo porque fui uma lástima, eu fui bandido, marginal, eu fui um drogado pior do que os que estão aí por doença das drogas, eu cheguei à marginalidade. E anuncio à Bahia, anuncio ao mundo inteiro que, se algum dia houver um político honesto, sério, ou os políticos de Oposição e de governo se juntarem e me oferecerem tão-somente alimento, ou vestes e calçados para aquele povo, eu renuncio ao meu mandato aqui a qualquer momento em favor de recuperar os dependentes químicos do nosso Estado.

Eu agradeço ao deputado Rosemberg, agradeço ao deputado Josias Gomes porque passaram quase um dia inteiro naquela Fundação, conheceram as duas áreas onde ficam os homens, estiveram no local onde fica o pessoal com HIV, e de cadeira de rodas, visitaram os adolescentes, são 53 adolescentes feridos pelas drogas. E coisas que não posso falar.

Quem dera que o secretário de Ação Social do nosso Estado não fosse um homem tão ocupado e pudesse visitar os centros de recuperação e passar pela Fundação. Quem dera que um dia este homem, que é secretário de Estado, pago com o dinheiro público, imitasse o governador, que sai do seu gabinete, sai da cadeira e vai conhecer a Bahia, vai às escolas, vai aos quartéis, visita os órfãos e necessitados. Vou

orar para que o secretário de Desenvolvimento Social do nosso Estado visite o trabalho que eu faço com a minha família, com a ajuda, inclusive de deputados de Oposição.

Deixo o meu mandato à disposição do governador do Estado, dos deputados dignos da Oposição e do governo, se quiserem a qualquer momento sentar e discutir o meu afastamento, a minha renúncia, eu farei isso, contanto que me deem feijão, arroz, socorram aquele trabalho que está passando por dificuldades.

Deus abençoe a todos e a todas. Aquele trabalho é de Deus, e Deus é o governador do mundo, ele é o dono do erário público. E drogado tem família, paga imposto, e meu trabalho é aberto 24 horas. São 1.189 pessoas neste exato momento lá dentro me aguardando. Quem dera eu pudesse não estar deputado e ter alguém que doasse pelo menos alimento àquele povo, sem me chantagear, sem me humilhar, sem me envergonhar. Eu não tenho mais paciência.

Vamos orar para que o secretário do Desenvolvimento Social visite a Fundação como o fez a governador Rui Costa, esse digno governador do Estado.

Deus os abençoe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Fábio Souto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Adolfo Menezes, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, volto a esta tribuna e, hoje, mesmo com o plenário vazio, vejo, aqui, 2 deputados e representantes muito dignos do Sudoeste da Bahia: Herzem Gusmão e Luciano Ribeiro.

E, hoje, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, vi uma reportagem na TV Bahia sobre o rio Pardo, especificamente falando sobre a situação do rio que, hoje, no Sudoeste, não é mais um rio, é um fio de água.

A reportagem mostrou, também, a situação de cidades sem água a exemplo de Itambé e como elas estão vivendo. A repórter mostrou a falta de água naquele município e os vários problemas que estão passando aquela comunidade. Apareceu uma senhora chorando e dizendo da dificuldade, até, de cozinhar os alimentos.

Mas esta realidade, deputados Luciano, Herzem e Marcelino Galo, é a mesma realidade do Sul da Bahia. Há algum tempo, eu trouxe, aqui, fotos do rio Pardo e do rio Jequitinhonha que se encontram da mesma maneira. Esses rios tão importantes para a Bahia e se encontram na região Sudeste.

Volto aqui para falar da importância de um grande plano de recuperação dos rios no Estado da Bahia. Não falo só do rio Pardo. Não falo só do rio Jequitinhonha. Não falo só deste rio tão importante para o desenvolvimento do Nordeste: o rio São Francisco.

Hoje, deputado Herzem, para V.Ex^a ter uma ideia, o nível do Lago Sobradinho encontra-se 5,8% do seu potencial. Quanto às barragens do Nordeste hoje, estas

atingiram uma média de pouca água jamais ocorrida antes, pois é uma média de 10% no volume de seus reservatórios.

Já se aproxima o momento de estado de calamidade.

Este é um momento nunca visto ou vivido em que toda a região do São Francisco. Incluem-se os agricultores que irrigam; os ribeirinhos; os pescadores que vivem e necessitam do Velho Chico. Todos, hoje, vivem uma situação de extremo desespero e de extrema insegurança e apelam socorro às autoridades. Espera-se que o governo estadual apele e cobre providências do governo federal.

Quando o governo federal iniciou a transposição do Rio São Francisco, deputado Luciano, ele o fez com 2 compromissos com a Bahia. Um compromisso diz respeito aos recursos para a revitalização do rio São Francisco, mas pouco desses recursos chegou à Bahia para revitalizar o trecho em que o rio passa pelo Estado da Bahia. O outro compromisso foi a promessa de uma obra também muito importante, qual seja, a construção do Canal do Sertão. Saliento, aqui, que, infelizmente, todos os estudos dessa obra importante foram paralisados em nosso Estado.

Então venho a esta tribuna, mais uma vez, chamar a atenção das autoridades do nosso Estado e do governo federal. Temos discutido muito esta situação na Comissão do Meio Ambiente, da qual o nosso deputado estadual Marcell Moraes é o presidente.

Eu não tenho dúvida nenhuma como também nenhuma insegurança de que temos de tomar uma atitude e provocar o governo do Estado, mais uma vez, para fazer um grande plano de recuperação dos rios e dos afluentes do Estado da Bahia.

Como disse antes, isso, claro, não acontecerá do dia para a noite. Mas temos de fazer um plano que passe por vários governos e que todos esses governos futuros tenham a obrigação de recuperar os rios da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde amigos e amigas.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo a esta tribuna agora para falar, deputado Herzem Gusmão, que, hoje pela manhã, aconteceu a Convenção Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro da Bahia no diretório estadual da Bahia quando foi renovada a sua presidência com o ex-ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima.

Vou falar aqui, Herzem, da história do nosso partido, o maior partido do Brasil. Este partido tem, aqui na Assembleia Legislativa da Bahia, 6 deputados e são eles: Luciano Simões que, agora, fala; Herzem Gusmão, Pedro Tavares, Leur Lomanto Júnior, Hildécio Meireles e Alex da Piatã.

Somos uma bancada aqui na Assembleia. Temos uma posição determinada pelo nosso diretório estadual de fazermos Oposição ao governo do PT aqui no governo do

Estado. Nós mantivemos a coerência das urnas ao acompanharmos os candidatos Paulo Souto e Geddel Vieira Lima e perdemos a eleição.

Fazemos uma oposição acirrada, uma oposição coerente e uma oposição que não é oposição só por ser, mas sim para somar e para melhorar os projetos de lei que vêm do Executivo e, acima de tudo, fiscalizar. Uma posição nossa, juntamente à Bancada de Oposição, foi a questão da CPI e está sendo uma questão em que estamos visitando toda a Bahia para verificar as obras inacabadas.

Toda vez que dou entrevista a uma rádio, Herzem, falam do PMDB e dizem que o PMDB sempre foi governo e que o PMDB sempre adere.

Cabe, aqui, um esclarecimento: o nosso partido é o maior e mais antigo do País. No tempo da ditadura, quando houve o bipartidarismo, todas as forças democráticas do nosso País se organizaram dentro do antigo MDB. Daí, o surgimento de partidos como o PSDB e tantos outros que saíram, justamente, do nosso PMDB. Só que o PMDB permaneceu grande e é o maior partido do Brasil, porque é organizado em todas as federações e, sempre, com força.

Como falei anteriormente, o PMDB é um partido com várias correntes desde o seu começo e desde a sua origem. Há a corrente de Alagoas. Há a corrente do Pará. Há a corrente do Amapá. Há correntes em vários outros Estados do Brasil.

E, por ser um partido muito grande, houve partes do nosso partido, em nível nacional, que apoiaram, definitivamente, a presidente Dilma. Por conta disso, temos o vice-presidente da República e alguns ministérios.

Mas cabe, aqui também, ratificar que o nosso PMDB da Bahia é uma voz dissonante ao governo do PT em nível nacional e em nível estadual.

O nosso PMDB, hoje, na figura do deputado federal Lúcio Vieira Lima, lidera um movimento dentro da bancada federal do PMDB justamente por discordar da adesão feita, agora recentemente, ao governo federal.

Entendemos nós, aqui da Bancada do PMDB da Bahia, que o PMDB tem de ouvir, sim, a voz das ruas. A presidente Dilma não tem força política para fazer o ajuste fiscal, porque, só através de um ajuste fiscal criterioso e eficiente, nós conseguiremos tirar o Brasil do buraco que o próprio PT enterrou.

Então venho aqui parabenizar o nosso partido pela grande convenção que fizemos hoje. Parabenizo o PMDB da Bahia pela sua posição firme na figura do presidente estadual Geddel Vieira Lima.

Fica, aqui, o meu registro.

Fica, aqui, o grande abraço à minha Bancada do PMDB, pois ela me enche de orgulho com os deputados que temos em toda a Bahia.

Muito obrigado a todos.

Parabéns ao PMDB!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero aqui, inicialmente, associar-me à fala do deputado Fábio Souto, no sentido de o que aqui se verbaliza, o que aqui se fala é preciso tornar-se concreto. É preciso que nós tenhamos a coragem de enfrentar um tema tão nebuloso, um tema tão importante para as nossas vidas, para o nosso futuro, que é a questão da preservação dos nossos rios.

Mas, o meu objetivo, nesta tribuna, nesta tarde, é aqui dizer o quanto, nós, como parlamentares, especialmente a nossa Bancada de Oposição, a gente vem tendo o cuidado de, a cada projeto que tem ingresso nesta Casa, nos debruçarmos sobre ele e buscarmos extrair da sua essência o que, efetivamente, se pretende com ele.

Estamos sob a hipótese da desculpa da crise econômica, causada exatamente pelos governantes que aí estão, assistindo, dia a dia, que esses mesmos governantes, esse mesmo governo, não tenha mais limites em transferir à população os rombos de caixa, fruto da sua própria inaptidão de gerir a coisa pública.

Assistimos aqui com relação ao Funprev vendendo-se imóvel, sacando poupança que é do servidor, mudando critérios para prejudicar o servidor, o aumento do servidor público sendo diminuto, o Planserv que foi aprovado ontem tirando a carga das costas do Estado e carregando-se as costas do servidor, lançando mão dos depósitos judiciais para pagar débitos, fruto da inaptidão desse governo.

E, quando já imaginei que já se chegasse à exaustão, que o governo já estivesse cansado de extorquir a população, eis que o bendito projeto de lei nº 21.532, datado desta semana, que altera, simplesmente, a tabela que trata do licenciamento ambiental, o governo vem cometendo um absurdo impensável. Num momento de crise tão grande ele altera taxas e percentuais acima de mil por cento.

E ainda faz um absurdo, na minha ignorância nesta área. Ora, se você vai conceder um licenciamento ambiental, meu caro deputado Fábio Souto, penso que o critério a ser observado é apenas o critério técnico, pode ou não ser concedido o licenciamento ambiental, você não pode usar o critério econômico para conceder, e parece que é isso que o governo pretende, porque taxas de mil reais é elevada a quantia de 50 mil reais para se conceder.

E mais absurdo ainda, eu que sou da Caatinga, o governo divide a Bahia em três biomas, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, na Mata Atlântica os valores são maiores, certamente porque o governo entende que quem mora na Mata Atlântica deve ser mais preservado, as pessoas são mais ricas, têm mais condições; e no bioma Caatinga, de onde eu estou, de onde eu sou, de onde eu vivo as taxas são menores, certamente porque o governo entende que lá, sim, pode ser devastado, pode-se acabar que as taxas são menores.

Queria que houvesse uma explicação sobre esse absurdo de projeto que num momento como esse se eleva as taxas no percentual de mais de 1000%, repito, taxas de 1000 reais estão elevadas à estratosférica quantia de 50 mil reais se conceder uma

licença ambiental. Isso é um absurdo. E nós queremos alertar, se não temos voto para derrubar esse projeto, teremos voz para poder levar à sociedade mais esse absurdo que pretende o governo que aí está para extorquir a população baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Fábio Souto, V.Ex^a que sempre traz aqui assuntos sérios, quero chamar a atenção para um desastre anunciado, desastre esse que já está acontecendo em muitos outros lugares e, tenho certeza, só nos cabe clamar a Deus porque Ele tem o poder de mandar a chuva.

Estamos vendo na caatinga, para não falar em outros estados, deputado Herzem, vou falar de Campo Formoso, Juazeiro, minha região, o deputado Paulo Rangel conhece muito bem, onde a barragem do Sobradinho só dispõe de 5%.

Antigamente, poucas pessoas dispunham de um poço artesiano. Hoje, é natural que as pessoas procurem a melhora num centro de caatinga daquele que quando chove é só janeiro, dezembro quando o ano é muito bom. Os coitados fazem todo o esforço para perfurar um poço para terem um pouco de água para as suas criações que são poucas, sem estudo. E o que está acontecendo na região de Campo Formoso que tem um subsolo rico e em muitas localidades, deputado Fábio Souto, é que não tem mais água, a não ser que se consiga máquinas daquelas da Petrobras que não sejam superfaturadas, deputado Luciano, máquinas normais, não aquelas do Eduardo Cunha, aquelas que custam 100 milhões e venderam por 600 milhões, mas máquinas normais que perfurassem poços de 500 metros, de 300 metros, poços profundos. Temos localidades que já foram perfuradas dezenas de vezes e não se encontra mais água como é o caso do povoado de Araras, em Campo Formoso, vai ser um desastre total.

Mas vejo a questão como é pensado o Brasil, deputado Fábio Souto. Há pouco tempo, foi feita, ou tentado ser feita a transposição do rio São Francisco. Alguns poucos trechos, não conheço, estão prontos, a maioria está abandonado e os bilhões pelo ralo. Essa é a situação do nosso País. Fazem o desmatamento de qualquer forma, nas nascentes.

Vemos, hoje, o senador Otto Alencar, presidente do nosso partido, lutando em Brasília pelo São Francisco, esse rio tão importante, e todos vendo o rio morrendo.

Estive em Brasília, na semana passada, onde ele contou – estava até com o presidente Marcelo Nilo –, que esteve com a ministra e ela não deu importância nenhuma. Inclusive, logo depois, saiu uma matéria, se não me engano no jornal A Tarde, em que a ministra não deu ouvidos. Ele levantou da mesa devido a receptividade tão fria da ministra que não deu a menor importância à gravidade do problema.

Então só resta rezar, porque acredito que já está um desastre. O lago do Sobradinho está com 5% e já se afastou da cidade de Remanso quilômetros, a cidade

velha já está aparecendo. Casa Nova, Remanso, Campo Formoso, para não falar de outros municípios que estão com problema, um município que tem 1/3, deputado Luciano, do Estado de Sergipe em área, V.Ex^a imagine os problemas que aquela cidade, para não falar das outras, está enfrentando. Ficamos mendigando um poço artesiano, às vezes, quando conseguimos uma emenda parlamentar para a Codevasf, no caso de Campo Formoso e região, a malandragem toma conta, a empresa que ganha, ganha o pacote todo na malandragem, não realiza, come o dinheiro. Essa é a triste realidade do Brasil. Com muito sacrifício, conseguimos uma emenda. O poço sai do papel em Brasília para perfurar 100 metros, quando a Codevasf licita e o dono da empresa, na malandragem, vai fazer, diminui para 20, deputado Luciano. Às vezes não dá água, não instala, não coloca o motor, essa é a triste realidade de todas as áreas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Muito bem, deputado, passo a presidência dos trabalhos para V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, Canal Assembleia, quero falar, neste momento, para as pessoas que estão ligadas, sintonizadas, na minha querida cidade de Feira de Santana e que nos assistem agora, venho a esta tribuna, primeiro, para registrar que, quando estava como presidente da Comissão de Saúde desta Casa, todos os anos fazíamos ações com respeito à semana de combate ao AVC. Inclusive, começa hoje, em todo o Brasil, do dia 21 a 29, a semana de combate ao AVC. Dia 29 de outubro é o dia mundial do AVC. Este ano, com a presença do nosso presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, vamos ter o lançamento do aplicativo AVC, que estará em todos os celulares. O que tem nesse aplicativo? Nesse aplicativo tem o alerta dos sintomas que o cidadão, onde estiver, possa estar tendo um AVC. O aplicativo vai explicar claramente, para qualquer cidadão, quais os sintomas de um AVC. No momento em que o cidadão sentir esses sintomas, ele pode procurar um posto de saúde, uma policlínica ou um hospital para ser socorrido, para que ele não venha a óbito. Esse aplicativo vai ser muito importante.

Inclusive, na última audiência pública que tivemos nesta Casa, mandei uma indicação para que a Secretaria da Saúde do Estado fizesse um adesivo para colocar nas repartições públicas dizendo quais os sintomas que levam uma pessoa a ter um AVC. Mas, graças a ideia do Ministério da Saúde, foi criado esse aplicativo que estará disponível para todo cidadão que tiver um aparelho celular no Brasil. Então, acho que já foi um avanço, apesar que o governo do Estado, através da Secretaria da Saúde, deve colocar também esse adesivo, igual àquele que existe dizendo: “É proibido fumar.” É bom que exista um, também, com respeito à questão do AVC que tem

ceifado milhares e milhares de vida. O cidadão muitas vezes morre sem saber que já está sentido os sintomas do AVC, está sendo vítima do AVC. No dia 29, teremos nesta Casa, às 9:30, o lançamento desse aplicativo, que será simultâneo em todas as Assembleias Legislativas do Brasil. Apesar de a semana de conscientização, combate e prevenção ao AVC começar hoje, vai se estender até o dia 29. Esse é um assunto que gostaria de deixar aqui registrado.

Outra coisa, Sr. Presidente, quero chamar agora atenção do Líder do governo como também do nosso Líder da Minoria desta Casa, que precisamos agilizar a frequência dos Srs. Deputados nas comissões. Ontem, na comissão de Saúde, tivemos quórum para a comissão ser aberta, mas na hora que precisamos votar um requerimento, que são as ações para que a comissão possa trabalhar, não havia quórum. Hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor não houve quórum nem para a abertura. Isso ocorre há três semanas consecutivas.

Gostaria de pedir a sensibilidade dos senhores líderes, inclusive criei no meu celular o grupo da comissão de Defesa do Consumidor para agilizar mais a presença dos Srs. Deputados para que possamos deliberar as ações que precisamos ter em benefício da população da Bahia.

Era isso que gostaria de registrar, Sr. Presidente, e agradeço a tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vamos falar com o presidente para colocar mais assessores para ver se essa comissão funciona.

Com a palavra o nobre deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, funcionários desta Casa, *TV Assembleia*, hoje o PMDB realizou a sua convenção. E, atentamente, acompanhei o jovem deputado Luciano Simões falando do PMDB, lembrando da história do MDB – Movimento Democrático Brasileiro – que gerou o PMDB. E a minha terra Vitória da Conquista que há mais de 20, 30 anos era conhecida como a trincheira das oposições, foi a cidade que revelou grandes nomes da política. Inclusive a chapa Waldir Pires e Nilo Coelho foi construída em Vitória da Conquista, em praça pública com o discurso de José Pedral Sampaio, que passou depois a ser o coordenador da campanha, e até os apresentadores de palanque eram de Vitória da Conquista.

Então, o MDB, com a história de Pedral cassado em 64, a mais dura cassação da história da ditadura militar da Bahia... Ele foi cassado e preso e teve por 10 anos os direitos políticos suspensos, e quando estavam vencendo os 10 anos, ele brincava e dizia que a ditadura deu uma lambuja, deu mais 10 anos, e ele não ficou 20 anos em função da anistia de 1979.

Enfim, com alegria eu registro a nossa convenção, que reconduziu Geddel Vieira Lima à presidência do partido.

Diria que o PMDB, assim como destacamos a história de Vitória da Conquista, está bem posicionado, segue um caminho em Conquista e o PT segue outro historicamente, nunca se misturaram, são adversários em Vitória da Conquista.

Aqui na Bahia, depois de um experimento, o PMDB deixou o PT e, hoje, o PMDB é adversário do governo petista no Estado da Bahia.

E nós estaremos presentes em 17 de novembro para levar o voto como convencional, o voto de Vitória da Conquista, da história do MDB, o voto da Bahia pelo rompimento com o governo que infelicita a Nação brasileira. Portanto esta é a posição que nós haveremos de levar e confirmar no dia 17 de novembro.

Registro, também, com alegria, que o deputado federal Lúcio Vieira Lima está cotado a assumir a presidência da Câmara dos Deputados no lugar de Eduardo Cunha.

Portanto este é o PMDB do Estado da Bahia.

Nós fazemos este registro.

Gostaria de agradecer o convite e, ao mesmo tempo, lamentar que não poderei estar aqui para dar um abraço na brilhante deputada Fabíola Mansur no dia da festa de seu aniversário. Contudo, deixo um abraço e que Deus a abençoe. Ela fará aniversário e estará comemorando com os amigos e com os colegas deputados no dia 24, aqui, na capital baiana.

Mas, para fechar a nossa fala, ontem, eu vi, mais uma vez, os trabalhadores e os servidores públicos estaduais serem derrotados pelo atual governo com as novas diretrizes do Planserv.

E os nossos colegas deputados da Situação insistiram em estabelecer uma comparação estranha. Aqui, o deputado Robinho apresentou uma planilha mostrando o quanto você paga para ter um plano de saúde privado e o quanto você paga no Planserv. Tal comparação é muito diferente.

Lembro ao colega Robinho que, em uma semana, 500 mil brasileiros deixaram seus planos de saúde privados, porque não suportaram pagar as altas mensalidades dos planos de saúde privados. Vejam, são 500 mil pessoas ou meio milhão de brasileiros.

Portanto, a comparação é inaceitável. Não cabe comparar um plano de saúde privado com o Planserv, pois este último não é um negócio. O Planserv não é e nem nunca foi um plano de saúde comercial.

E, para fechar, presidente, lamento a postura dos sindicatos dos servidores públicos que se ausentaram como se eles estivessem avalizando ou avalizaram as mudanças do aprovado projeto de lei.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Grande Expediente.

Com a palavra o orador inscrito, o deputado Joseildo Ramos do PT pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os que nos assistem pela TV Assembleia, é importante que esta Casa, sempre que possa, mergulhe no debate e se aprofunde nos grandes temas que, hoje, estão campeando e preocupando não só a classe política, mas também a sociedade brasileira como um todo.

Nós estamos percebendo a repetição de fatos históricos quando observamos o caminho majoritário em que vai a mídia nacional, sempre obsequiosa para alguns setores e para algumas representações deste cenário, cenário conturbado, cenário de crise. Mas a mídia nacional repete os erros do passado que podemos tratar com números.

É fato que, ao final de 2008, se inaugurou, por esses dias uma crise sem precedentes e equivalente, em alguns aspectos, àquela crise da década de 1930 que não poupou nenhuma nação industrializada à época assim como não poupou nenhum dos países do clube dos países desenvolvidos.

Mas a crise de 2008 foi severa pois demonstrou que o capital financeiro, o capital que viaja pela Internet, o capital especulativo não gera um posto de trabalho e trouxe, sim, um malefício muito grande e significativo para a população do mundo.

Mesmo assim, só nos estertores desta crise agora, quando o preço das commodities em nível internacional – matérias-primas são cotadas nas bolsas internacionais e nos principais mercados do mundo – começou a descer, a China, conturbada também, começou a decrescer o seu parâmetro de crescimento inaugurado há mais de uma década e os problemas começaram a acontecer em nosso País.

Mas não podemos deixar de pontuar situações que estão nos números. Portanto, se houver questionamentos, é preciso que esses sejam feitos com números.

A ONU proclamou, e o Banco Mundial divulgou, um estudo recente ao demonstrar que, ao final de 2001 até 2013, ou seja, 12 anos, o Brasil saiu do mapa da fome depois de 500 anos de história, porque reduziu 65% dos níveis de pobreza nacional.

Esta é uma realidade, querendo ou não, que temos de celebrar. Esta realidade indica, claramente, que a riqueza nacional passou a ser investida em um projeto alternativo por resgatar e trazer, ao mercado de consumo e ao cotidiano dos que se alimentam 3 vezes ao dia, os brasileiros que constituíam aquela massa equivalente a uma população da Argentina que, aliás, é o terceiro maior PIB da América Latina. Melhor dizendo, depois da cidade de São Paulo, a Argentina é o quarto PIB. Portanto, em termos de população, o Brasil tirou uma Argentina que fazia parte da pobreza absoluta. Esses são dados do Banco Mundial.

Então haveremos de nos perguntar e refletir: algo valeu a pena nesta inflexão ao contrariar tudo o que se fazia, até então, durante séculos passados, neste País afora, onde a riqueza produzida pela população brasileira ia na direção de uma elite ou de

poucos que tinham condições de vida, até, nababescas quando comparadas com a média do que era de direito e colocada à disposição da maioria da nossa população.

Atravessamos a crise do final de 2008 preservando o emprego. Ou seja, tecnicamente, o Brasil foi proclamado como uma das nações emergentes que tinha a situação de pleno emprego, beirando e orbitando 5%. Isso era bem ao contrário do que acontecia na Espanha, pois, lá, quase 50% de sua juventude não tinha acesso ao mercado de trabalho.

Não podemos dizer que isso era um milagre ou que foi um milagre!

Temos todas as condições de dizer que foi uma opção certa e inaugurada, neste País, como nunca! A história recente de nosso Brasil mostra que esta Nação ainda carece de uma construção. Mas mudamos em pouco tempo. Aliás, mudamos como nenhum outro País do mundo em tão pouco tempo – essa história. Estou falando do emprego do jovem, do reemprego daquele aposentado. Ou seja, estou falando de 5% de emprego aqui, enquanto a França experimentava convulsões na sua sociedade com movimentos xenófobos, com movimentos que giravam em torno da manutenção dos interesses dos franceses, mais uma vez, os interesses da juventude francesa, que estava com o desemprego beirando os 30%. E nós atravessamos esse período alargando o mercado interno, incluindo 42 milhões de brasileiros no ambiente de consumo, numa nova classe média, mostrando definitivamente que este tinha jeito, mas as opções que até então tinham sido experimentadas não eram as mais corretas.

A inflação quando Lula começou a governar este País, quase que não recordamos mais. Estou falando da crise de hoje, dos indicadores macroeconômicos. Naquela época, nos estertores do governo de Fernando Henrique Cardoso, entregaram-nos uma taxa anual de inflação de 12,53%. Anunciava-se que naquele momento era algo muito bom. Hoje, a situação do Brasil, do ponto de vista da sua inflação, não é coisa boa. Não podemos proclamar que está boa a situação. É por isso que o ajuste fiscal se impõe. É claro, as medidas anticíclicas – todas elas foram tomadas e tiveram um preço – foram na direção de proteger a sociedade brasileira. Mas tiveram um preço que este governo que defendemos quis pagar, deveria pagar e é certo que pagasse, e os outros não tiveram coragem de fazer. A inflação, hoje, de Dilma é de 9,53, menor do que aquela da época do “príncipe dos sociólogos”.

O dólar, hoje, está em R\$ 3,80; R\$ 3,90; R\$4,0 – que não é uma cotação que nos favorece. Quando você trabalha a correção regressiva do processo inflacionário de lá para cá, o dólar equivalente à época de Fernando Henrique Cardoso, até 2002, era de R\$ 6,88. Insustentável para a economia nacional.

O desemprego hoje... Veja, só, neste momento em que se agudiza a crise nacional, temos um desemprego de 8,6%. Acostumamo-nos anos e anos com o desemprego na taxa que orbitava para mais um pouco ou para menos os 5%. Ficamos mal-acostumados. Hoje, o desemprego está em 8,6%, mas, naquela época de 2002, recebemos o Brasil para governar com a taxa de desemprego de 12,3%. Quando isso é aplicado em cima da população economicamente ativa deste País, que está entre os 10 maiores mercados do mundo, colocando aí a faixa da juventude daqueles que estão na

plenitude da possibilidade de produzir felicidade, de produzir riqueza, nós estamos, no auge da crise, numa situação incomparável com aquela que herdamos. O risco Brasil, já que naquela época não tínhamos o grau de investimento, não éramos um país considerado bom pagador. Éramos visto com descrédito, como país que já tinha oferecido um default para a banca internacional, procrastinando os pagamentos da dívida externa. O risco Brasil de hoje pontua no nível de 462,5, muito diferente do que herdamos do Fernando Henrique Cardoso, 1.446 pontos, muito longe da perspectiva de termos a consideração de sermos um país considerado bom pagador, um terreno fértil para os investimentos na produção, um país que poderia pagar, se tiver necessidade de buscar recursos de terceiro, com juros no patamar menor, para a felicidade do campo investidor em nosso país.

Hoje a situação é diferente, o Brasil atravessa uma crise sem precedentes, é sério, mas alguns oradores dizem: “é este governo que aí está..”. Mas é este governo que estou falando que proclamou essa mudança radical, com diferenças abissais quando comparadas vis-à-vis com aquilo que foi a prática demonstrada o tempo todo para convergir o produto da riqueza desta nação para os mesmos, para uma minoria de apaniguados que se replicavam historicamente.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Nos acostumamos a uma taxa Selic domada, mas ela hoje campeia a 14,25%. Se tirar a inflação, ela cai para um dígito. Mas a que herdamos era quase 25%, era 24,9%.

Apenas à guisa de informação, o Brasil, que era subserviente, que não tinha o nariz no lugar, que andava de cócoras para o FMI, só tinha 38 bilhões de dólares de reservas. Hoje, em plena crise, dispomos de 370 bilhões de dólares.

Quero ouvi-lo, depois tratarei de outra questão, Zé Raimundo. Concedo o aparte a V.Ex^a para que traga luzes a este posicionamento.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o nobre deputado Joseildo Ramos por esta bela intervenção, analisando as mudanças, essas transformações que vêm dando um novo perfil para o povo brasileiro, que trás um conjunto de mudanças que colocam o nosso Brasil em uma condição histórica extremamente inovadora.

Na verdade, infelizmente, quando o debate político desce ao nível de caracterizar o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, as lideranças como o presidente Lula, a presidente Dilma, só no âmbito das circunstâncias eleitorais, como estamos vendo nesse momento, é não entender os momentos históricos em que tentamos fazer reformas estruturantes, como na Revolução de 30, como no período de João Goulart, tentativas que não foram adiante no horizonte histórico.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores, em 2003, numa ampla coligação, numa frente de partidos, inclusive de origem burguesa, de origem nos setores das classes dominantes, na verdade é para criar um modelo de inclusão social que democratize o acesso no plano da economia, da cultura e dos bens simbólicos deste País para as amplas massas.

O Brasil não passou, não vivenciou, não experimentou uma revolução chamada de democrática burguesa. As revoluções e as transformações foram sempre pelo alto do Brasil. E nessa tentativa, infelizmente, parte da elite se curva ao reacionarismo e abandona esse projeto que o PT vinha liderando. Agora mesmo estamos vendo aí, infelizmente, parte do PMDB tomando atitudes extremamente traidoras. Parte do PMDB, que era o principal aliado do partido, é uma fração traidora, inclusive o PMDB da Bahia, porque se beneficiou do momento bom. No momento em que o presidente Lula, no momento em que o Brasil surfou o PMDB estava colado, mas nos momentos de dificuldade setores do PMDB abandonam o projeto, criando, naturalmente, dificuldades para um processo histórico futuro.

Então, Sr. Presidente, gostaria de registrar essa minha admiração, o meu respeito e, sobretudo, os meus parabéns à intervenção do nobre deputado Joseildo Ramos, que faz uma bela análise, mostrando essas transformações.

Fica aí esse grande desafio para o País: ou o Brasil continua com um projeto de inclusão social e cultural, ou a gente volta a pensar num Brasil menor, das elites, concentrando renda e excluindo o povo. No horizonte as elites amargarão essa possibilidade, porque o Lula com a sua liderança, o Partido dos Trabalhadores e os partidos aliados... O que nós queremos é um modelo de transformação social democrático. Um modelo democrático de transformação social, Sr. Presidente!

Era essa a minha consideração.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço a V.Ex^a, deputado Zé Raimundo, pela sua intervenção e peço que o seu aparte componha o nosso pronunciamento na tribuna.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- De imediato passo a palavra por aparte ao nobre deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Joseildo Ramos, quero aproveitar o ensejo para elogiar e parabenizar o seu posicionamento. V.Ex^a, como tem por característica o comportamento contido, sobe a esta tribuna para fazer um discurso corajoso, desafiando, inclusive, aqueles que, hoje, de certa forma, ajudam a patrocinar a crise em nosso País a dialogarem com V.Ex^a, com o Partido dos Trabalhadores em relação ao avanço econômico que este País teve – V.Ex^a tem sido muito específico –, desde o advento do governo Lula. V.Ex^a considera, inclusive, alguns elementos da crise atual que não fazem com que o País viva, hoje, a situação vivida pelo governo Fernando Henrique Cardoso no passado. V.Ex^a faz comparações entre o nível de emprego; V.Ex^a faz comparações entre a inflação deixada e a inflação acumulada este ano, ano de crise. Nós sentimos, inclusive, que existem alguns elementos da conjuntura internacional que se agravaram profundamente, além de outros elementos.

V.Ex^a é brilhante, sobretudo, porque faz com que a Oposição relembre, recorde, realmente, dos avanços que este País conseguiu, principalmente na área econômica, com o controle do câmbio e da inflação.

Hoje, o nosso partido, através do seu presidente, tem a coragem de fazer algumas críticas à política econômica, entendendo, inclusive, que a taxa de juros deve ser baixada a um patamar que não desequilibre o País do ponto de vista das conquistas sociais que alcançou.

Portanto, é excelente o discurso de V.Ex^a. Mais uma vez, quero parabenizá-lo.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço, deputado Paulo Rangel e peço para incorporar o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Finalizando meu posicionamento. Escuto por diversas vezes, aqui desta tribuna, uma indignação profunda com a crise moral e com a falta de honestidade de alguns políticos. Quero dizer que comungo dessa indignação, mas não da indignação seletiva. Não ouvi nenhum deputado, aqui, colocar sua posição acerca da situação que alcança o presidente da Câmara deste país. Não me lembro de alguém que viesse aqui tratar da situação que envolve o presidente do DEM, o Agripino Maia. Não estou acusando o Agripino Maia, de jeito nenhum, mas, sobre ele pesam acusações e o silêncio é muito obsequioso entre nós.

Augusto Nardes do Tribunal de Contas...

O Sr. Pablo Barrozo:- Um aparte, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- (...) Em breve concederei um aparte a V. Ex^a, deputado.

Quero apenas finalizar o meu raciocínio.

Sobre Augusto Nardes, pesam algumas situações que criariam um desconforto para alguém que compõe a mais alta corte de contas deste país. Dentre os senadores são 13 os envolvidos com a operação Lava Jato.

Nós estamos numa quadra da política de que não ouvíamos algo sobre a capacidade operacional da Polícia Federal que foi jogada às traças; do Ministério Público que não funcionava; da Procuradoria-Geral da República que engavetava todos os precedimentos que não eram do interesse da presidência. Acabo de concluir, deputado Pablo Barrozo. V. Ex^a. tem o aparte.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Joseildo Ramos, eu respeito muito a posição e o pensamento de V. Ex^a. Mas, como membro do Democratas tenho que dar a minha opinião.

Gostei da provocação que V. Ex^a. fez porque acho que o presidente José Agripino deva responder ao que a justiça lhe provocar e caso não consiga responder e a justiça prove, ele deva pagar por isso. Assim como se fez com Arruda e Demóstenes Torres que foram expulsos do Democratas.

A diferença entre o Democratas e o PT é que o PT endeusa José Dirceu, Antônio Palocci, Vaccari Neto, Genuíno. A diferença que vejo é só essa. Mas a lei tem que ser para todos, realmente.

Gostaria de ter mais tempo para apartear-lo. Não gostaria que o debate fosse apenas com relação a isso, porque V. Ex^a trouxe à tona e à baila temas importantíssimos dos últimos 10, 15 anos do nosso país e que acho relevante debatê-

los.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Eu peço vênica ao presidente para concluir fazendo algumas observações sobre o aparte. V. Ex^a. se equivocou ao tratar o PT como se fosse um bloco monolítico. Sou do PT e não me envergonho, tenho orgulho de ter ajudado a operar todas essas modificações no país e na cidade que represento e fui gestor.

Tenho orgulho enorme e sou participante do PT, meu único partido, e não me envolvo com falcatruas. Quem se envolver com falcatruas deve pagar por isso.

O que estou cobrando é o silêncio de vocês, pois não falam nada sobre essas questões e têm uma indignação seletiva. Isso não contribui para o processo democrático.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado Joseildo.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, Líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará por todo o tempo, Sr. Presidente, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente deputado Sidelvan Nóbrega, nobres deputadas e deputados, minhas companheiras e companheiros servidores, senhores que nos visitam nas galerias, queria falar de um evento que será realizado amanhã nesta Casa e que tem muito a ver com o que aqui foi colocado pelo deputado Fábio Souto, deputado que conduz essa questão de forma muito responsável. Tenho observado o seu comportamento; comportamento sério, de discutir, de aprofundar e também o deputado Adolfo Menezes.

Vamos realizar aqui um seminário dando continuidade ao que foi feito na Câmara Federal, no dia 29 de setembro, através da Frente Parlamentar Ambientalista e da Comissão do Meio Ambiente que contou com a presença de senadores, no sentido de fazermos uma discussão preparatória para a participação do Brasil na COP 21. Pelo potencial que ele representa, o Brasil que é uma potência ambiental, possui 20% da biodiversidade do mundo, dos seus recursos naturais e que tem uma presença muito efetiva e importante nas questões ambientais.

Então amanhã vamos discutir justamente a questão da água, a questão as florestas e resíduos. Porque nós sabemos que água não nasce em barragem. Reivindica-se muito barramento, mas nós não estamos dando o tratamento adequado no que diz respeito à produção da água, aos elementos da natureza que combinados levam às nascentes, onde é produzida a água.

Então, tanto faz falar aqui dos rios do oeste, do centro-oeste, do sudeste as

águas estão interligadas, e nós sabemos que fazem parte de um único sistema.

O desmatamento fere de morte a produção da água com o assoreamento carreando os materiais. E o que ocorre, hoje, na maioria dos nossos rios é um sistema de produção organizada que leva a isso, e também a contaminação por resíduos líquidos e sólidos. Há ainda a contaminação por agrotóxicos. Tivemos uma participação da grande imprensa, que aqui ninguém suspeita.

A própria Rede Globo produziu um Globo Repórter específico sobre a questão do descontrole, do uso indiscriminado de agrotóxicos neste país. O jornal *A Tarde* produziu um editorial no dia 11 de setembro, e esse editorial eu gostaria de transcrever nesta Casa. Porque temos que tratar com profundidade essas questões.

E, amanhã, eu gostaria que houvesse a participação do maior número de deputados possível para que pudéssemos aprofundar. Então estarão presentes a Chesf, as universidades, do SOS Mata Atlântica, o Greenpeace, o governo do Estado através das suas secretarias responsáveis para fazermos uma discussão profunda. E sobre o editorial que tem a ver com essa questão do jornal *A Tarde*, aqui está colocado.

(Lê): “Embora seja um dos maiores produtores agrícolas do mundo, o Brasil é uma das nações mais atrasadas no controle de agrotóxicos. Essas substâncias são aplicadas em larga escala como recurso para combater pragas e o aparecimento de doenças, mas sem qualquer fiscalização das autoridades sanitárias.

Muitos desses agentes foram banidos pela União Europeia e Estados Unidos, mas continuam sendo utilizados no país, apesar dos conhecidos riscos que oferecem à saúde. Produtos tóxicos na alimentação podem alterar o funcionamento das células, causando mutações e a probabilidade do desenvolvimento de doenças no futuro, a exemplo do câncer.

Como se não bastasse, análise por amostragem da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) de alimentos da cesta básica chegou à estarrecedora conclusão de que 31% continham agrotóxicos proibidos ou além da quantidade permitida.

A contaminação decorre de inadmissíveis falhas na cadeia de controle de qualidade e comercialização de hortifrutigranjeiros que continuam ocorrendo no país e que exigem uma pronta resposta dos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, além da Anvisa.

Então, aqui é o jornal *A Tarde*, que coloca de forma muito profunda a sua preocupação com a questão que a sociedade brasileira tem quase que total desinformação.

Temos tramitando, nesta Casa, projetos que tentam regular a cadeia que vai desde a produção até a comercialização, até a informação que é garantida por direitos do Código do Consumidor, para que a população seja informada sobre o que consome.

Então, temos que apreciar com profundidade, com responsabilidade, para que possamos dar resposta a uma questão de descalabro. Não é possível que a sociedade seja subjugada a interesses econômicos com lucros absurdos, onde esses produtos têm

isenção fiscal, não pagam impostos e causam um custo à saúde que é pago com o dinheiro da sociedade, através do seu Sistema Público de Saúde que já é tão carregado e ainda tem que cuidar da saúde daqueles que são contaminados, quando não morre, porque sabemos que esses produtos ocupam a maior faixa de contaminação de trabalhadores e aqueles que são mais vitimados que são, justamente, homens e mulheres que trabalham nas lavouras deste país.

Portanto, é uma situação que merece. Então, quando a própria Rede Globo, apresentando, inclusive, os produtos ali originados de sistema de produção, ali o índice de contaminação. E sabemos que isso não é só do mercado formal, porque temos um outro agravante que é o uso de produtos contrabandeados e esses produtos não pagam nenhum tipo de imposto, entram no Brasil País de forma irregular – vêm concentrados da China e são diluídos em países como o Paraguai – e até já foram encontrados resíduos de agrotóxicos que são ilegais.

Então, isso tem que ser visto com muita seriedade por esta Casa. Não podemos ficar no aguardo somente de iniciativas do Executivo para votar ou não votar, para fazer obstrução. Deveremos apreciar e discutir iniciativas de parlamentares que têm a preocupação de discutir, de encaminhar e ter propostas de um ponto de vista que possamos aperfeiçoar o nosso marco regulatório e possamos enfrentar esse verdadeiro descalabro que atinge a saúde.

Alguns pensam que só são contaminados os trabalhadores rurais. Não! Resíduos desses agentes são encontrados nos produtos industrializados, aqueles que estão na nossa mesa. O veneno está na mesa, sendo ofertado não só aos pobres, mas também à classe média brasileira, que vai à feira e ao supermercado.

Então, Sr. Presidente, este é um tema importante. Gostaria de que este editorial fosse transcrito nos Anais desta Casa para que ajude na reflexão, a fim de que possamos tratar de uma questão tão grave como esta.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, pelo tempo de 6 minutos falará o deputado Herzem Gusmão e pelos 5 minutos restantes, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^asr. Presidente, Sr^as e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, senhores presentes às Galerias e espectadores da *TV Assembleia*, acompanhei atentamente o pronunciamento do deputado Joseildo.

Quando ele fala em economia, quando falamos em economia, não podemos perder de vista que o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando assumiu o

Brasil – eu não esqueço –, uma dona de casa, dentro de um supermercado, pegava uma lata de leite em pó, chegava ao caixa, e se voltasse para pegar outra, já havia outra etiqueta com novo preço.

É inaceitável falar da economia do Brasil pulando a URV. Não dá para ser estabelecido nenhum debate se for anulada a URV, criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem reputo de maior presidente da História do Brasil.

Lembro-me da época em que o Brasil era desacreditado e que os nossos estudantes, os nossos jovens, não gostavam do verde e amarelo – usavam as cores da bandeira americana. Resultado: quem valorizou o verde e amarelo, devolvendo a autoestima do povo brasileiro, foi Ayrton Senna. Depois de Ayrton Senna, foi o presidente Fernando Henrique Cardoso. Passamos a ter orgulho de ser brasileiros com FHC pela forma como governou o Brasil e pelo que ele ainda representa para o governo. Pena que o PT, que o governo Lula não soube aproveitar o que Fernando Henrique deixou. E a presidente Dilma se perdeu porque abandonou o modelo econômico implementado com a criação da URV.

E ouvi atentamente o deputado Joseildo, e ele é tão contundente, sem dúvida tem dom de oratória, que se não tiver cuidado ele apaga a história. Quero lembrar, quando ele fala da pobreza, que foi Fernando Henrique Cardoso quem criou o Bolsa-família. E o PT, na época, dizia que a compra de voto estava institucionalizada. Nós conhecemos na internet vídeo do presidente Lula “batendo” na criação do Bolsa-família que, na época, foi de Fernando Henrique Cardoso. E quando o governo brasileiro necessitava continuar com o programa do Bolsa-família foi o senador Antônio Carlos Magalhães, deputada Fabíola Mansur, aniversariante de amanhã, que Deus o abençoe, foi o saudoso senador que criou o Fundo Nacional de Combate à Pobreza, não foi o PT, não foi Lula e, muito menos, a presidente Dilma Rousseff.

Eu não sofro de amnésia. Sei que o PT tem uma história de um partido contraditório. O PT foi contra o Bolsa-família; foi contra a Constituição de Ulisses Guimarães, dos brasileiros, a Constituição Cidadã. O PT foi contra as diretas!

Portanto, apenas estou fazendo este registro porque fiquei atentamente acompanhando o pronunciamento de Joseildo.

Eu concordo com a deputada em relação ao Tribunal de Contas dos Municípios, viu, deputada? (O orador refere-se à deputada Luiza Maia). Sem discutir o mérito. O nosso TCM é anacrônico e precisa mudar a filosofia de apurar os prefeitos, as contas da prefeitura.

Para fechar, queremos, portanto, falar agora porque disseram aqui que o PMDB é um partido que trai. Fui ao um encontro com a presença da presidente Dilma aqui, e lá em Conquista eu já era PMDB, adversário do PT, e aqui eu vi o PMDB com o PT. O presidente Lula anunciava e a presidente Dilma dois candidatos. No entanto, o candidato do PMDB foi traído, ninguém tinha solicitado o apoio. O apoio veio de maneira espontânea e depois a retirada sem aviso prévio.

Portanto, eu encerro lembrando das contradições do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu gostaria de propor – propor, claro, a decisão é dos Líderes e dos deputados – que reduzíssemos os tempos para podermos votar já os projetos dos deputados. É só uma proposta. Não quero tirar a palavra de ninguém, não.

O Sr. Paulo Rangel:- Essa já é a nossa intenção, inclusive.

Sr. Presidente, é só uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, chegamos, inclusive, a conversar sobre isso no sentido de o governo pular alguns tempos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, galerias, membros da imprensa, ouvintes da *TV Assembleia*, queridos deputados e deputadas, faço questão de usar hoje esta tribuna porque há pouco ouvimos o Grande Expediente e o deputado Joseildo Ramos, a quem respeito muito, respeito sua história estava tratando de temas relacionados aos governos Lula e Dilma, aos últimos 12, 13 anos do nosso País, e citou aqui diversos pontos, diversos números, trouxe aqui à tona dados e relatos que acho importante nós debatermos. Mas citou também a seletiva moral e ética que ele acha que os partidos de oposição têm lá em Brasília.

Vejo uma diferença bem clara. O PT sempre quis dizer que era diferente de todos os outros partidos. Que era um partido das lutas, veio de baixo, de classes, de lutas. Só que o Partido dos Trabalhadores mostrou a cara para este País. E quero desta tribuna fazer uma distinção muito grande aos meus queridos colegas do PT daqui da Bahia, porque não estamos a debater aqui - nem o deputado Joseildo estava - a idoneidade moral dos deputados petistas desta Casa. Eu estava a falar de Brasília!

Já que vamos falar da capital federal, quero fazer esta distinção, porque lá, enquanto o Demóstenes Torres, que era do Democratas, foi expulso do partido e o Arruda, que era governador pelo PT, também dele foi expulso, são endeusados petistas históricos como José Dirceu, José Genoíno e João Vaccari Neto, que arrecadou dinheiro para quem, deputado Vando?! João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, arrecadou dinheiro pra quem?! Foi pra fazer a feira?! Arrecadou dinheiro para investir em quê?! Foi para comprar melancia?! João Vaccari Neto era tesoureiro de que partido?! Era do PT?! Para fazer o que com esse dinheiro?! Dinheiro desviado da Petrobras! Que “não” faz parte do governo, porque a presidente Dilma agora diz que os atos de corrupção nela praticados não são do governo!

Acho interessante, porque todos os atos de corrupção que estão sendo investigados em Brasília beneficiam o governo e este estado de poder, esta ditadura disfarçada do PT, mas eles não argumentam nada disso. E veio o deputado Joseildo

aqui dizer que nós nos calamos sobre isso! Nós estamos neste Plenário praticamente há oito meses tentando debater isso! Mas eles não subiam à tribuna porque estavam receosos e também porque não tinham argumentos. Porém agora vêm pra cá, porque o deputado é um bom soldado.

E nessa terça teve uma reunião no Planalto, de ontem pra hoje, para ver se a pauta daquele Palácio mudava, porque a de Brasília hoje é o impeachment da presidenta, que não tem o respeito de mais nenhum dos brasileiros!

Aqui se vem argumentar e dizer que a elite é que está querendo o impeachment de Dilma. Mas 70% da população brasileira representam a elite? Ela mentiu pra quem? O Partido dos Trabalhadores quis "impeachment" o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por muito menos! E agora vem com esse debate e esse discurso vazios, querendo colocar como se ele e os outros partidos fossem todos iguais! Não! O PT é o partido que ocasionou o maior ato de corrupção do Brasil, mudou a história do País com o maior ato de corrupção! O governo federal hoje anda totalmente nas raias da corrupção!

É até muito irônico um deputado do PT vir fazer esse discurso na tribuna, no momento em que se declara e se mostra, deputado Sandro Régis, que é de 50 bilhões de reais o rombo das pedaladas fiscais. Quem mantém esses 50 bilhões, deputado Herzem? Quem foi que fez esse rombo e o que o ocasionou? Porque as melhorias na política que o presidente Fernando Henrique Cardoso estabeleceu para a estabilidade da economia nacional aconteceram! Agora, elas iriam acontecer de qualquer forma.

Mas eu digo mais: se não fosse essa corrupção deslavada do PT, nós teríamos um aeroporto aqui na Bahia, deputado Carlos Geilson, pra fazer jus ao turismo no Estado! Se não fosse essa corrupção deslavada, teríamos a Ferrovia Oeste-Leste entregue! Se não fosse essa corrupção deslavada, teríamos também o Porto Sul de Ilhéus, a Ponte Ilhéus-Pontal. E o Aeroporto de Conquista, com um simples investimento, estava lá recebendo as pessoas e bem equipado!

Então, é muito irônico querermos falar - num momento como este de corrupção - de história de serviços prestados e do que o PT trouxe de benefícios para o Estado brasileiro. O Partido dos Trabalhadores fará o melhor benefício para o Estado brasileiro através da sua presidenta, da pessoa que o representa. Hoje...

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, respeito! Presidente!

O Sr. PABLO BARROZO:- Hoje ele não é respeitado porque a sua presidenta não é respeitada.

Presidenta Dilma, renuncie! E vamos construir um novo País! Vamos construir uma nova história, porque o PT já deu!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente! Olhe a sessão, presidente. (Riso!)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Espere aí, presidente. Vamos formalizar. Vai falar um deles, e vai falar um nosso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Cinco minutos pra cada.

O Sr. Paulo Rangel:- O tempo do Partido dos Trabalhadores, eu usarei.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Carlos Geilson, cinco minutos está bom?

O Sr. Carlos Geilson:- Cinco minutos não. Eu quero falar dez minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra V.Exa. pelo tempo de dez minutos.

E V.Ex^a, deputado Paulo, indica dez minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Fabíola Mansur, peço a V.Ex^a, deputado Marcelo Nilo, pelas suas ligações estreitas com o Instituto Babesp, que coloque o nome do deputado José de Arimatéia como candidato à Prefeitura de Feira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pastor! Deputado Pastor José de Arimatéia! O candidato também lá em Feira quer desviar, não colocando o nome Pastor. Deputado Pastor José de Arimatéia!

O Sr. CARLOS GEILSON:- (Muitos risos!)

Então o seu nome está incluído no Babesp na próxima pesquisa em Feira de Santana, deputado Arimatéia, a quem desejo boa sorte por se tratar duma figura extraordinária. Tive o prazer de conhecê-lo mais de perto saindo aqui das paredes da Assembleia quando viajamos pra Cuba, onde pude conviver mais com esta figura humana extraordinária, o deputado José de Arimatéia.

Depois de ouvir o discurso do deputado Joseildo Ramos, se eu não tivesse uma convicção formada, sairia hoje daqui desta Casa com a certeza de que o PT descobriu o Brasil. São impressionantes os argumentos que tentam desconstruir uma história real, palpável e concreta com fatos irreais, com uma ficção que só existe na cabeça dos petistas.

Para eles, tudo que aconteceu no Brasil foi ruim. E tudo que aconteceu na era petista foi a revolução socialista, a revolução do proletariado, novos tempos, quando na verdade qualquer cidadão de inteligência mediana sabe que o Partido dos Trabalhadores aparelhou a máquina pública para se manter no poder. Qualquer cidadão que conheça um pouco da realidade brasileira vai perceber que a defesa das estatais não tinha outro pano de fundo senão aparelhar a máquina pública para se manter no poder.

O PT recebeu uma herança fantástica: a estabilidade econômica do ex-presidente FHC. Mas nas suas mãos não soube gerir, e hoje o Brasil desce a ladeira, o País está quebrado! E por que quebrou? Apenas com a visão de aumentar o Estado, inchar a máquina pública em troca da permanência no poder. O PT não tem compromisso com a história, não tem visão de futuro, e sim uma visão momentânea usando óculos escuros - óculos de couro, perdão - e olhando para o seu próprio

umbigo, sem imaginar as dificuldades das gerações vindouras.

O seu projeto é do presente. É a permanência no poder sob todas as condições, até as condições não muito corretas! Senão, vejamos: a presidente Dilma, que tem passado por problemas de instabilidade emocional, e talvez até com seus neurônios afetados, disse numa entrevista, agora, na Europa que o seu governo não está envolvido em algum caso de corrupção, que não existe corrupção em seu governo. Até admito que a presidente não esteja envolvida diretamente, mas querer passar para a sociedade, para o cidadão que o seu governo não está envolvido em corrupção, talvez a maior da história deste País, é querer fazer de todos os brasileiros idiotas, beócios e simplórios. Pelo amor de Deus, vamos trabalhar com a realidade, vamos trabalhar com os fatos concretos, palpáveis. Nós vivemos com um fato que preocupa a toda a sociedade brasileira.

Quero chamar a atenção para uma situação que deve ser a que envolve todos nós, que é sair dessa crise. Mas, para sair, precisamos ser verdadeiros, reais, e o PT reconhecer, fazer sua mea culpa! O PT não será o primeiro partido a estar envolvido em corrupção, é verdade, mas era o PT que, quando Oposição, mais criticava, mais detonava os casos de corrupção no Brasil. E ao assumir o poder o fez de forma voraz, de forma açodada. A crise econômica está atrelada à crise política. E uma não será desmembrada, não será solucionada e debelada de forma isolada. Portanto, quero fazer, aqui, o meu juízo de valor ao ver o deputado Joseildo Ramos, com o aparte dos colegas Paulo Rangel e José Raimundo, dizer que o PT descobriu o Brasil.

Trazendo para nossa situação, em nossa paróquia em Feira de Santana, no final de semana foi realizada a 14ª Caminhada do Folclore. É um evento que acontece em agosto, mas, por falta de recursos, foi realizado em outubro. Foi um fracasso. E eu fiquei surpreso porque a assessoria do deputado Zé Neto distribuiu releases aos blogs e sites da capital dizendo: “Centenas de pessoas assistem à Caminhada do Folclore”. Foi um fracasso, um fiasco. A caminhada durou pouco tempo e, em relação ao percurso anterior, percorreu apenas 30%. Às 10h30min, grupos de folclore já estavam indo embora da cidade. Aí, quem leu o release, como eu, com fotos bem elaboradas, bem produzidas, ficou a imaginar que foi um sucesso, e foi um fracasso.

Sabem por que o fracasso? Porque o governo do Estado não repassou os recursos. E são poucos os recursos necessários para a Caminhada do Folclore. Isso mostra que o governo está muito distante das questões regionais, muito distante das nossas universidades, que estão agonizando, ameaçadas de fecharem as portas. O governo corta recursos.

E quando eu lembro das nossas universidades na época do governador Paulo Souto, especialmente a UEFS, cuja reitora era Anacy Paim... Aquela universidade cresceu, com novos cursos, viveu um período de pujança e desenvolvimento. Neste momento, ao contrário, o que estamos vendo é a nossa universidade padecendo, prestes a fechar suas portas. Alguns serviços estão suspensos; e terceirizados estão sem receber salários.

É essa a pátria educadora que ouvimos na campanha? Foi esse o compromisso

do governador Rui Costa? Claro que não foi!

Nós fomos engabelados, ludibriados, e coloco nós, porque quando se perde uma eleição, acaba-se, desmonta-se o palanque. E a partir de agora é a construção do governo. E todos nós que temos responsabilidade com esse Estado jamais vamos embarcar nessa nau, nesse barco do quanto pior, melhor.

Sou baiano, amo este Estado, quero as nossas universidades fortes, pujantes, e não posso aceitar falta de recursos, diminuição dos repasses.

Cadê o compromisso? O que foi dito na campanha? Na campanha não havia dificuldades. Na campanha tinha dinheiro para essa obra, para aquela, para tal, para promessas. E, hoje, vemos as nossas universidades numa situação periclitante, cursos que funcionam com extremas dificuldades.

E a Caminhada do Folclore foi um fiasco. Até entendo que os setores de comunicação daqui não tenham seus repórteres, seus olhos para observarem o fracasso...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) e enxergaram a mini caminhada com os olhos do deputado Zé Neto, que são os olhos do fracasso, são os olhos do retrocesso, são os olhos de quem está vendo as universidades padecerem, ameaçadas de fecharem as portas e não têm uma reação, não reagem, e não defendem uma educação de qualidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que ocupam a Galeria Deputado Paulo Jackson, amigos da imprensa, quero iniciar a minha fala, primeiro, elogiando o brilhantismo, a sensatez, a sensibilidade política do deputado Joseildo Ramos.

Um deputado que reconheceu aqui, nesta tribuna, a gravidade da crise econômica, mas que estabeleceu em seu discurso um comparativo entre a situação do nosso governo em um momento de crise e a situação do governo Fernando Henrique Cardoso quando ele deixava a presidência.

E o deputado Joseildo, a partir de demonstrações de fatos, de elementos estatísticos e ilustrativos, deixou muito claro que, apesar da crise econômica mundial a partir da situação da China, que é um vetor determinante da economia mundial, nós ainda demonstramos uma capacidade bem maior de controle da situação econômica deste País do que a situação que encontramos após o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Eu ouvi aqui, Sr. Presidente, o deputado Joseildo ser rebatido em relação a situações em que alguns processos de corrupção se estabeleceram como se houvesse justificativa para que, antes ou depois, esse tipo de prática viesse, infelizmente,

contaminar o tecido do serviço público brasileiro.

Mas o discurso não era esse. A partir dessa contaminação, eu ouvi, aqui, alguns discursos que não só desconhecem a realidade como também fogem completamente dessa realidade. E, inclusive, equivocam-se historicamente, como foi o caso do deputado Herzem Gusmão, quando colocou que o Partido dos Trabalhadores foi contra as Diretas Já.

Ora, deputado, ninguém defendeu tanto neste País as Diretas Já quanto o Partido dos Trabalhadores, que, inclusive, de forma coerente à época, não foi ao Colégio Eleitoral por não admitir que, naquele momento, pudesse o Brasil realizar um processo indireto de eleição de um presidente da República. Muito embora entendamos que o presidente eleito era um homem qualificado, era um homem digno, que contribuiu sobremaneira para a instalação do processo democrático brasileiro.

O deputado Herzem Gusmão diz que nós fomos contra o Bolsa Família, quando isso foi iniciado pelo então deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, depois senador da República, o nosso companheiro Eduardo Suplicy. Ele foi o primeiro parlamentar a fazer esse discurso, comparando-o a um imposto de renda negativo e que serviria de um instrumento para combate à fome e à pobreza em nosso País. Isso se comprovou, e, hoje, temos o maior programa de combate à fome e à pobreza instalado em todo o mundo atual.

O deputado se equivoca bastante quando não faz, realmente, uma reflexão sobre os avanços que este País experimentou com o advento do governo Lula e com o primeiro governo da presidente Dilma. Foi no governo Lula que instalamos o maior programa de eletrificação rural já desenvolvido em todo o mundo, projeto, do ponto de vista estrutural, fundamental para que se estabelecesse uma verdadeira revolução econômica e social em nosso País.

Então, alguns discursos que ouvi aqui tentam desconhecer a realidade, e tentam contaminar a realidade com fatos superficiais, fatos que logo, logo serão esquecidos, tais os avanços sociais conquistados pela sociedade brasileira.

É verdade que temos uma crise. Temos, inclusive, uma crise – e sempre reconheci isso neste palanque –, do ponto de vista moral e ético, estabelecida em nosso País, e não podemos, de forma alguma, aceitar que o atual presidente do Congresso tenha moral suficiente para conduzir o processo de impeachment de qualquer presidente da República, fosse ele o mais corrupto que fosse de toda a nossa história. Não tem moral o PMDB para defender o impeachment da presidente Dilma, partido que foi nosso parceiro e que tem um presidente da Câmara dos Deputados maculado, um presidente manchado, alguém sem nenhuma autoridade moral para continuar à frente daquele colegiado.

É muito bom, Sr. Presidente, fazer discursos desta tribuna desconhecendo a realidade.

Muito se fala do Rio São Francisco, acho que o deputado Marcelino Galo toca aqui num ponto importante sobre o Rio São Francisco, principalmente quando fala no agrotóxico, quando fala do assoreamento, mas tem outros pontos, deputado Luciano,

mais importantes que nós devemos tocar. Por exemplo, as outorgas irregulares, a forma como se tentou tocar, neste País, o processo de transposição das águas do São Francisco, que aqui questionamos, inclusive, o objetivo e questionamos, inclusive, esse projeto do ponto de vista técnico. E pergunto: quem foi o condutor desse processo? Foi o ministro do PMDB, foi o ministro Geddel Vieira Lima, não foi ninguém do Partido dos Trabalhadores, era no governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores.

Se fala de corrupção nesse País, mas acabou aquele tempo de dizer: rouba, mas faz. A corrupção hoje é combatida, nós conseguimos dar transparência aos processos de apuração. Nunca se prendeu tanto nesse País, nunca se apurou tanto. Estamos, inclusive, cortando na carne, coisa que Partido algum já fez em todo o País.

Por exemplo, é válido o debate, o debate tem que ser feito para que, realmente, se esclareça a realidade econômica, social desse país e o combate que se tem tido a posturas ilícitas que, infelizmente, ainda, contamina a atividade pública e a atividade política em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Vamos começar as votações. Temos que ter 32 Srs. Deputados presentes.

Primeiro projeto é o projeto da vaquejada que o meu querido amigo, deputado Luciano Ribeiro, pediu vistas. Eu gostaria que V.Ex^a devolvesse. Eu dei 72 horas. (Pausa). Já devolveu? Eu te agradeço.

Faltam os pareceres das Comissões de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, Turismo, Finanças e Orçamento.

(Pausa.)

Srs. Deputados, eu gostaria que todos ficassem sentados para votarmos rápido.

O primeiro projeto é do deputado Eduardo Sales, nº 21.118/2015 (disponível em <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/proposicoes.php>), que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural no Estado da Bahia, institui medidas de proteção e combate aos maus tratos com os animais durante o evento, e dá outras providências.

Esse projeto não pode mais pedir vistas, porque já foi concedido vistas. Vou colocar em votação no âmbito das comissões. Parecer do relator no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

No Plenário, em votação em primeiro turno o projeto de lei nº 21.118/2015, de autoria do deputado Eduardo Salles, que regulamenta a vaquejada como prática

desportiva e cultural no Estado da Bahia.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.) Aprovado a unanimidade dos deputados presentes.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.118/2015

Regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural no Estado da Bahia, institui medidas de proteção e combate aos maus tratos com os animais durante o evento, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Esta Lei visa unificar as regras da vaquejada e cavalgada no Estado da Bahia, estabelecendo normas de realização dos eventos, do bem-estar animal, além de definir procedimentos e estabelecer diretrizes garantidoras do bom andamento do esporte, através do controle e prevenção sanitário-ambientais, higiênico-sanitárias e de segurança em geral.

Art. 2º - Fica regulamentada a vaquejada como atividade desportiva e cultural no Estado da Bahia.

Art. 3º - Para efeitos desta Lei, considera-se vaquejada todo evento de natureza competitiva, na qual uma dupla de vaqueiros domina animal bovino em faixa demarcada.

§1º - A presente Lei é de observação obrigatória, em sua integralidade, por todos os envolvidos na vaquejada, sejam eles os promotores do evento, os competidores (amadores e profissionais), equipe de apoio, locutores, curraleiros, equipe veterinária, árbitros, e etc.

§2º - Os competidores são julgados na competição pela destreza e perícia, denominados vaqueiros ou peões de vaquejada, no dominar animal.

§3º - A competição deve ser realizada em espaço físico apropriado, com dimensões e formatos que propiciem segurança aos vaqueiros, animais e ao público em geral.

§4º - A pista/arena onde ocorre a competição deve, obrigatoriamente, permanecer isolada por cerca, não farpada, contendo placas de aviso e sinalização informando os locais apropriados para acomodação do público, ficando terminantemente proibido qualquer tipo de material cortante na pista.

Art. 4º - A vaquejada poderá ser organizada nas modalidades amadora e

profissional, mediante inscrição dos vaqueiros em torneio patrocinado por entidade pública ou privada.

Art. 5º - Fica obrigado aos organizadores da vaquejada adotar medidas de proteção à saúde e à integridade física do público, dos vaqueiros e dos animais, tendo por diretrizes:

I - quanto aos animais:

a) proibição da participação de qualquer animal que possua ferimentos com sangramentos;

b) impossibilidade do uso de bois com chifres pontiagudos, que ofereçam riscos aos competidores e/ou cavalos;

c) utilização de arreios que não causem danos à saúde dos cavalos;

d) os bovinos devem ser transportados adequadamente e acomodados em locais amplos, sendo garantidos água, sombra e comida em quantidade e qualidade necessários para a manutenção da saúde dos animais;

e) cada bovino não deve correr mais de 03 vezes, por competição, distância equivalente a 100 metros;

f) o piso da pista de corrida deve possuir camada de 30 a 50 cm de colchão de areia, sendo capaz de diminuir o impacto da queda do animal e, conseqüentemente, evitar maiores acidentes.

II - quanto aos competidores:

a) garantir o uso obrigatório de capacete, calça comprida, botas e luvas;

b) proibição do uso de objetos cortantes e de choque na lida com os animais na pista, dentre os quais: bridas, esporas com roseta cortante, chicotes, luva cortadeira e outros que provoquem dor aguda e/ou perfurações;

c) o competidor deve apresentar sua luva, antes de correr, para que seja aprovada e identificada por uma equipe especialmente designada pelo promotor do evento. Deve ser baixa ou, no máximo, com 05 cm de altura no pitoco (ou toco), sem quina, nem inclinação, não sendo permitido o uso de luvas de prego, ralo, parafusos, objetos cortantes ou qualquer equipamento que o Fiscal julgue danificar a maçaroca;

d) após a apresentação, os competidores não poderão açoitar os cavalos, voltar o seu cavalo na faixa ou escantear. Do mesmo modo, não poderão bater, esporear ou ainda puxar as rédeas e os freios de modo a machucar o animal, ficando, a dupla, sujeita a desclassificação.

§1º - Os organizadores devem promover a capacitação das pessoas envolvidas no trato dos animais para não prejudicar a saúde desses.

§2º - Na vaquejada promovida/filiada às associações, fica obrigatória a presença de uma equipe de paramédicos de plantão, com ambulância, no local durante a realização das provas.

§3º - Mesmo a luva previamente vistoriada e aprovada pelo fiscal, pode ser rejeitada pelo Juiz de prova, caso este verifique que o equipamento está causando

danos aos animais, ocasião em que o competidor terá que substituí-la imediatamente, sob pena de ser desclassificado.

§4º - O vaqueiro que, por motivo injustificado, se exceder no trato com o animal, ferindo-o ou maltratando-o de forma intencional, deverá ser desclassificado imediatamente da prova.

Art. 6º - Os promotores dos eventos, suas equipes de apoio, juízes e organização, assim como os competidores, têm obrigação de preservar os animais envolvidos no esporte, sendo que qualquer maltrato proposital a quaisquer dos animais participantes do evento acarretará a responsabilização civil e criminal daquele diretamente envolvido na ocorrência e a sua imediata desclassificação.

Art. 7º - É obrigatória, durante todo o evento, a permanência de um médico veterinário, com a sua equipe veterinária, destinada a acompanhar o tratamento de bois e cavalos nas medidas de prevenção e contenção de eventuais acidentes, bem como na instrução de medidas a serem adotadas para garantir a manutenção da saúde dos animais:

I - a presença de médico veterinário fornecido pelos organizadores não impede a presença de médicos veterinários da ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, caso esses desejem realizar acompanhamento e/ou fiscalização sanitária do evento;

II - A falta de fiscalização dos animais quanto à sua saúde, incluindo as vacinas de rotina, e quanto a sua integridade física, pela ADAB - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, enseja anulação do resultado da vaquejada.

§1º - Fica determinada à equipe veterinária que faça a verificação das condições de saúde de cada animal, antes e imediatamente após cada participação no evento de bois e cavalos, visando sempre a prevenção de maus tratos e a garantia da manutenção da saúde animal. Para tanto, a opinião da equipe veterinária terá imediata eficácia no sentido de vetar a participação de qualquer animal, seja no início ou na continuidade dos trabalhos, sendo a sua desobediência imputada aos organizadores dos eventos, os quais poderão responder civil e criminalmente por qualquer dano ocasionado.

§2º - Fica estipulado 2% (dois por cento) do valor da premiação oferecida nos eventos de vaquejada, para ser destinado aos fundos beneficentes dos animais, a título de reparação de eventuais danos que possam ser causados aos animais, os quais serão escolhidos pelo executivo municipal do local de realização do evento.

Art. 8º - A regulamentação sobre o bem-estar animal, presente nesta Lei, é de observância obrigatória às vaquejadas associadas e não associadas, no Estado da Bahia.

Art. 9º - Nada impede a realização de eventos musicais simultaneamente à realização da vaquejada.

Art. 10 - Fica proibida a utilização de sons de carro e dos chamados “paredões de som” na área dos animais, sem prejuízo da realização de eventos musicais em seus

locais apropriados.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2015

Deputado Paulo Rangel

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto é do deputado Jânio Natal, que dispõe sobre a transferência simbólica da capital da Bahia para a cidade de Porto Seguro no dia 22 de Abril. Faltam os pareceres das comissões de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos.

Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, o projeto de lei nº 21.158/2015 dispõe sobre a transferência simbólica da capital do Estado da Bahia para a cidade de Porto Seguro, no dia 22 de Abril de cada ano.

Não vamos aqui relatar o mérito. O projeto é constitucional, é legal. Portanto, o nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou pedir vênias aos deputados para registrar que no projeto anterior da vaquejada, do deputado Eduardo Salles, os deputados Marcell, José de Arimatéia e Luiza Maia confirmaram que votaram contrário. Foram três votos contrários. Portanto, não foi aprovado por unanimidade.

Em votação no âmbito das Comissões de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle o projeto do deputado Jânio Natal que faz a transferência simbólica da capital da Bahia para a cidade de Porto Seguro no dia 22 de abril.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No plenário. Em votação o projeto de lei 21.158/15 de procedência do deputado Jânio Natal que dispõe sobre a transferência simbólica da capital da Bahia para a cidade de Porto Seguro. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.158/2015

Dispõe sobre a transferência simbólica da Capital da Bahia para a cidade de Porto Seguro, no dia 22 de abril.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a transferência da sede do Governo da Bahia para a cidade de Porto Seguro.

Art. 2º - A sede do governo estadual será transferida, no dia 22 de abril, para a cidade de Porto Seguro.

Parágrafo único - A transferência terá caráter simbólico.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2015

Deputado Jânio Natal

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto é do meu querido amigo Alex da Piatã que dispõe sobre a obrigatoriedade de passe livre para as ambulâncias dos hospitais, clínicas e empresas do Estado da Bahia. O projeto leva o nº 21.075/2015.

Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, o projeto dispõe sobre a obrigatoriedade do passe livre para as ambulâncias dos hospitais, clínicas e empresas do Estado da Bahia.

O projeto de lei 21.075/15 (disponível em <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/proposicoes.php>) recebeu uma emenda substitutiva. O projeto dispõe sobre a concessão de livre acesso para as ambulâncias públicas nas praças de pedágio localizadas no Estado da Bahia. A emenda, Sr. Presidente, no art.1º: Fica concedido às ambulâncias públicas, quando em serviço de urgência e devidamente identificadas por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente, o livre acesso nas praças de pedágio localizadas no âmbito do Estado da Bahia. Art.2º: As concessionárias que exploram as praças de pedágio localizadas no âmbito do Estado da Bahia terão o prazo máximo de 45 dias, contados a partir da publicação desta lei, para adoção das medidas necessárias ao atendimento no disposto no artigo anterior. Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões...

Então, Sr. Presidente, projeto é legal e constitucional. Portanto, o nosso parecer é favorável.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do meu querido amigo deputado Paulo Rangel no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde, Saneamento, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle. Em votação o projeto de lei do deputado Alex da Piatã.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero dizer a V.Ex^a que eu não atentei ao parecer do relator. Quero saber qual é o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É o projeto do deputado Alex da Piatã que através do qual ficam as concessionárias exploradoras de pedágio situadas no âmbito do Estado da Bahia obrigadas a ceder passe livre as ambulâncias dos hospitais e clínicas. É um bom projeto. Porque, na realidade, quero registrar que hoje já existe, mas ele quer que não pegue fila, que seja naquele que é automático. Não é isso, deputado Alex da Piatã?

Portanto, em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação, no Plenário, o projeto de lei nº 21.075/2015, do deputado Alex da Piatã, que dispõe sobre a obrigatoriedade de passe livre para as ambulâncias dos hospitais, clínicas e empresas do Estado da Bahia. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.075/2015

Dispõe sobre a concessão de livre acesso às ambulâncias públicas nas praças de pedágio localizadas no âmbito do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido às ambulâncias públicas, quando em serviço de urgência e devidamente identificadas por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente, o livre acesso nas praças de pedágio localizadas no âmbito do Estado da Bahia.

Art. 2º - As concessionárias que exploram as praças de pedágio localizadas no âmbito do Estado da Bahia terão prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da publicação desta Lei para adoção das medidas necessárias ao atendimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2015.

Deputado Paulo Rangel

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Parabéns, deputado!

Próximo projeto, do deputado Bobô, que institui o dia 21 de janeiro como o dia estadual dos profissionais de postos de combustíveis. Faltam os pareceres das comissões de infraestrutura, desenvolvimento econômico e turismo e finanças, orçamento, fiscalização e controle.

Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, passo a relatar o projeto de lei nº 21.107/2015, que institui o dia 21 de janeiro como dia estadual dos profissionais de postos de combustíveis.

O projeto é constitucional e legal, Sr. Presidente. Portanto, nosso parecer é pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do meu querido amigo, deputado Paulo Rangel, do projeto do deputado Bobô, que institui o dia 21 de janeiro como Dia Estadual dos Profissionais de Postos de Combustíveis.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação, no Plenário, o projeto de lei nº 21.107/2015, de autoria do deputado Bobô, que institui o dia 21 de janeiro como Dia Estadual dos Profissionais de Postos de Combustíveis. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.107/2015

**INSTITUI O DIA 21 DE JANEIRO COMO DIA
ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE POSTO DE
COMBUSTÍVEIS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído como Dia Estadual do Profissional de Postos de Combustíveis, no Estado da Bahia, o dia 21 (vinte e um) de janeiro.

Parágrafo único – São considerados, para efeitos dessa lei, Profissionais de Postos de Combustíveis, os seguintes:

- I - pessoal de escritório;
- II - supervisor de loja;
- III - funcionários das lojas de conveniência;
- IV - lubrificador, frentista ou operador de bomba ou pista;
- V - vigia e servente;
- VI - lavador e enxugador;
- VII - caixa de pista;
- VIII - chefe de pista;
- IX - gerente;
- X - supervisor geral.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 4 de março de 2015

Deputado Bobô

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já votamos quatro projetos de deputados. Agora, vamos entrar nas comendas. Por lei, cada deputado só pode apresentar uma comenda por ano. Tem que ter 21 Srs. Deputados presentes. A votação é secreta.

Projeto de Resolução nº 2.360/2015, da minha querida deputada Fabíola Mansur, que concede a Medalha Dois de Julho a Jorge Hage Sobrinho e dá outras providências.

Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, o projeto da deputada Fabíola Mansur concede a Medalha Dois de Julho ao Sr. Jorge Hage Sobrinho.

O projeto é legal e constitucional. Portanto, opinamos pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das comissões, o

projeto da deputada Fabíola Mansur relatado pelo deputado Paulo Rangel. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Agora no Plenário. A votação é secreta. Zerem o painel. Vamos direto para a votação, já há quórum. Srs. Deputados, vou fazer um pedido a V.Ex^{as}, que todos fiquem sentados para ser rápido, temos vários projetos para votar. Srs. Deputados, gostaria que V.Ex^{as} sentassem. Deputado Marquinho, senta aí, por favor, para sermos rápidos; deputado Sandro, vamos fazer um apelo senão vai demorar demais. Faço um apelo porque há vários projetos, se demorarmos 20 minutos em cada um vamos sair de manhã. Deputado Marcell Moraes está faltando votar. Se V.Ex^{as} não se sentarem não vamos conseguir votar todos esses projetos. Deputado Pedro Tavares está faltando votar. Meu querido deputado Manassés, vote. Vou encerrar a votação.

Encerrada. Resultado. Aprovado o Projeto de Resolução de nº 2.360/2015: sim, 36; não, 3. Portanto, aprovada a Comenda Dois de Julho para Jorge Hage Sobrinho. **(Publicado no DL em 25/08/2015)**

O próximo projeto é do deputado Sandro Régis, que concede a Medalha Dois de Julho ao Dr. Mário de Melo Kertész. Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra para relatar a matéria, deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, projeto de resolução nº 2.359/2015 do deputado Sandro Régis.

O projeto de autoria do deputado Sandro Régis concede a Medalha Dois de Julho ao professor Dr. Mário de Melo Kertész.

Sr. Presidente, o projeto é legal e constitucional. Portanto, o nosso parecer é favorável.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o projeto de resolução do deputado Sandro Régis, que concede a Medalha Dois de Julho ao radialista professor Dr. Mário Kertész.

Em votação. A votação é secreta.

O Sr. Paulo Rangel:- Falta votar no âmbito das comissões, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está faltando votar o parecer do deputado Paulo Rangel no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

No Plenário. Em votação. A votação é secreta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, em votação. Deputado Marquinho, V.Ex^a chegou aqui, V.Ex^a é tão simpático, tão amigos dos parlamentares, que está deixando todos sem trabalhar. Ele é tão parceiro dos parlamentares, é um líder entre os companheiros, que todos ficam em volta dele e ninguém consegue votar.

Deputado Alex da Piatã, está faltando seu voto. Eu também ainda não votei votar.

Falta votar o deputado Prisco. Eu vou encerrar. Por favor, eu faço um apelo, sigam o exemplo do deputado Herzem Gusmão, que fica ali sentadinho e é o primeiro a votar. Eu só vou conceder questão de ordem quando os deputados sentarem.

Deputado Ângelo Coronel, sente-se, aí, por favor. Senão vai demorar a votação. Deputado José de Arimatéia, sente-se, por favor. Porque com todos sentados será rápido. Sentem-se, por favor. Em pé, ficam batendo papo e não votam. Vou encerrar a votação. Resultado.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só quando terminar a votação. Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.359/2015. “Sim”, 34. “Não”, 5. Abstenção, uma. Portanto, aprovado. **(Publicado no DL em 19/08/2015)**

Deputado seja breve, por favor, porque temos muitos projetos para votar hoje aqui.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, não poderia deixar de anunciar o meu voto, apesar de secreto, ao nosso jornalista Mário Kertész. Homem de muitas lutas, já fui seu fã, já brigamos muito, mas nos amamos, e esse voto, tenho certeza, vai sensibilizá-lo para que possamos recebê-lo na Fundação Dr. Jesus, onde minha mulher, D. Elza, vai preparar uma galinha de quintal para aquele homem. Que Deus abençoe Mário Kertész!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Fica registrado.

Próximo projeto. Projeto de resolução do deputado Alan Castro que concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Gildásio Cerqueira Daltro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PAULO RANGEL:-Projeto de resolução de nº 2.384/2015, de procedência do deputado Alan Castro, que concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Gildásio de Cerqueira Daltro.

O parecer, Sr. Presidente, é favorável, já que o projeto é legal e constitucional.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do nobre deputado Paulo Rangel ao projeto de resolução de nº 2.384/2015, de procedência do deputado Alan Castro, concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Gildásio de Cerqueira Daltro.

Em votação no Plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.384, 37 votos “sim”, 3 votos “não” e nenhuma abstenção. **(Publicado no DL em 16/10/2015)**

Próximo projeto, do deputado Marcell Moraes, que concede a Comenda Dois de Julho à psicóloga e empresária Maria do Rosário Viana de Magalhães.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, o projeto de resolução nº 2.311/2015, de procedência do deputado Marcell Moraes.

O deputado Marcell Moraes concede a Comenda Dois de Julho à psicóloga e empresária Maria do Rosário Viana de Magalhães. O projeto é legal e constitucional, Sr. Presidente.

Portanto, o nosso parecer é pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Paulo Rangel ao projeto que concede a Comenda Dois de Julho à psicóloga e empresária Maria do Rosário Viana de Magalhães.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

No Plenário. Em votação.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.311/2015: 37 votos “sim”, 2 votos “não”.**(Publicado no DL em 26/03/2015)**

Portanto, foi aprovado o projeto do deputado Marcell Moraes que concede a Comenda Dois de Julho à psicóloga e empresária Maria do Rosário Viana de Magalhães.

Próximo projeto, do deputado Euclides Fernandes, concedendo a Comenda Dois de Julho ao Dr. Jadelson Pinheiro de Andrade, diretor do serviço de cardiologia do Hospital da Bahia.

Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.368/2015, 37 votos “sim”, 3 votos “não” e nenhuma abstenção.**(Publicado no DL em 01/09/2015)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto é do deputado Carlos Geilson, que concede a Comenda Dois de Julho ao advogado Sérgio Barradas Carneiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Euclides Fernandes para relatar a matéria.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, designou-me a Presidência desta Casa, como membro da Comissão de Justiça, para dar o parecer ao projeto de resolução nº 2.324/2015, que concede a Comenda Dois de Julho ao advogado Sérgio Barradas Carneiro.

Sr. Presidente, sinto-me bastante alegre e satisfeito por V.Ex^a ter me designado para dar o parecer a este projeto de resolução, que vem reconhecer os méritos, o trabalho para a sociedade baiana, desse grande homem, Sérgio Barradas Carneiro, que foi deputado federal com muita alegria, com muita honra. Exerceu com dignidade mais de um mandato de deputado federal pelo Estado da Bahia. O projeto de resolução, Sr. Presidente Marcelo Nilo, está em conformidade com o que estabelece o Regimento Interno desta Casa de Leis, e a ordem jurídica da Bahia e do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, somos favoráveis à aprovação do presente Projeto de Resolução nº 2.324/2015.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do deputado Euclides Fernandes.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (pausa)
Aprovado.

No plenário, em votação a Comenda Dois de Julho a Sérgio Carneiro, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, proposta pelo deputado Carlos Geilson.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis, líder da Minoria.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, quero parabenizar o deputado Carlos Geilson por esta indicação. E quero saber como o líder do governo votará nessa comenda. Da forma que o líder do governo votar, votarei junto com ele.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Não só votei a favor, como a nossa bancada, por unanimidade, votou favoravelmente para a Sra. Maria do Rosário. Essas coisas têm de ser pontuadas. Da nossa parte, o respeito a ambos, e teremos sempre essa conduta tranquila.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, resultado. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.324/2015: Sim, 35; Não, 3; Abstenção, 1. Portanto, aprovado o Projeto de Resolução do deputado Carlos Geilson, que concede a Comenda Dois de Julho a Sérgio Barradas Carneiro.**(Publicado no DL em 22/04/2015)**

Próximo projeto do deputado Luciano Ribeiro, que concede a Comenda Dois de Julho ao professor Josaphat Ramos Marinho e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. Zé RAIMUNDO:- Esta proposição encontra-se perfeitamente dentro da norma legal, por isso somos pela sua aprovação, Sr. Presidente.

É o nosso parecer.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Quero pedir aos nobres pares para que prestem atenção, especificamente, nessa homenagem póstuma ao professor doutor Josaphat Marinho, que foi um dos maiores advogados da Bahia, um dos maiores homens públicos que a Bahia já teve pela sua integridade. Então, acredito que ele merece essa medalha tão honrosa desta Casa. Agradeço a todos pelo voto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das Comissões, o parecer do deputado Zé Raimundo que concede a Comenda Dois de Julho in memoriam a Josaphat Marinho. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. Em votação no Plenário. A votação é secreta.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Presidente, essa comenda concedida ao nosso saudoso Josaphat Marinho nos honra tanto quanto a ele que recebe. Ele foi um dos baianos mais ilustres que já tivemos na nossa história.

Quero aproveitar para pedir que faça constar nos Anais desta Casa as minhas homenagens a outro baiano ilustre que honra a todos nós, o Dr. Francisco Waldir Pires de Souza, ex-governador da Bahia, que, hoje, completa 89 anos de idade.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu também, muito embora tenhamos gozado da companhia do Dr. Josaphat Marinho, durante muito tempo, conosco, na luta, inclusive, em favor de uma Constituição cidadã... Mesmo depois de ter militado como adversário do mesmo, acredito que essa medalha dignifica a Bahia e faz justiça a um homem que tem toda uma história. Ele é um exemplo, realmente, de pessoa democrata que prestou relevantes serviços à sociedade baiana e brasileira, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Presidente, gostaria de comunicar que o ex-deputado Sérgio Carneiro acaba de me telefonar para agradecer a todos da Casa pelo título concedido a ele. Ele ficou muito feliz com a condecoração de proposição do deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.387/2015: Tivemos 42 votos sim e 1 voto não. Portanto, foi aprovada

a Comenda Dois de Julho in memoriam ao saudoso senador Josaphat Ramos Marinho. **(Publicado no DL em 22/10/2015)**

O próximo projeto, de autoria do deputado Gika Lopes, concede a Comenda Dois de Julho à socióloga Vilma Reis. Designo o deputado Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Parecer ao Projeto de Resolução nº 2.356/2015, de autoria do nobre deputado Gika Lopes, que concede a Comenda Dois de Julho à socióloga Vilma Reis. Por essa proposição estar embasada em normas legais e constitucionais somos inteiramente favoráveis, Sr. Presidente.

Lembro que a socióloga Vilma Reis tem toda uma trajetória vinculada à defesa dos direitos sociais dos vários grupos étnicos e de orientações diversas de matriz africana. É uma das personalidades do mundo intelectual que merece ser homenageada por esta Casa.

Sr. Presidente, este é o nosso parecer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Zé Raimundo, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto do deputado Gika.

Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação no Plenário o Projeto de Resolução nº 2.356/2015, do deputado Gika Lopes, que concede a Comenda Dois de Julho à socióloga Vilma Reis.

(Procede-se à votação.)

O Sr. Gika:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gika.

O Sr. Gika:- Sr. Presidente, peço aos deputados e deputadas que me ajudem nessa votação.

Vilma Reis é uma grande mulher, que luta em defesa das comunidades, das associações e de todos que precisam de alguém para ajudá-los.

Conto com o voto de vocês. Votem nessa grande socióloga!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.356/2015. Sim, 40; Não, 04.

Portanto, foi aprovado o Projeto de Resolução do deputado Gika, que leva o número 2.356/2015. **(Publicado no DL em 11/08/2015)**

O próximo projeto é do deputado Euclides Fernandes, que concede a Comenda Dois de Julho ao diretor-presidente da CBPM, Alexandre Brust.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- É bom V.Ex^a registrar que, neste caso, está entrando na cota de V.Ex^a, como membro da Mesa Diretora, para não confundir os outros deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está entrando na minha cota pessoal, como deputado, a Comenda Dois de Julho ao Sr. Alexandre Brust.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Resolução nº 2.336/2015, de autoria do nobre deputado Euclides Fernandes, que concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Alexandre Brust, diretor-presidente da CBPM.

É um homem atuante em todos os segmentos da vida pública e também da gestão governamental que dispensa maiores apresentações, embora eu saiba que o nobre deputado Euclides Fernandes fará um breve resumo do seu currículo.

O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer do deputado Zé Raimundo ao Projeto de Resolução do deputado Euclides Fernandes, que concede a Comenda Dois de Julho ao Sr. Alexandre Brust.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.336/2015, com 37 votos sim e 5 votos não. **(Publicado no DL em 04/06/2015)**

Portanto foi aprovado o Projeto de Resolução do deputado Euclides Fernandes que concede a comenda Dois de Julho a Alexandre Brust.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto é uma proposta do deputado Ângelo Coronel.

Designo para relatar a matéria o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, parecer ao projeto de resolução nº 2.366/2015, de autoria do nobre deputado Ângelo Coronel que concede a Comenda Dois de Julho ao Exm^o Ministro da Defesa do Brasil, Dr. Jaques Wagner. Dispensa

qualquer comentário, Sr. Presidente, porque se trata de uma figura pública, conhecida nacional e internacionalmente e nós temos o privilégio de ter convivido em parte dessa trajetória de ministro Wagner na vida sindical e na vida política. Por isso tenho absoluta certeza de que será aprovado à unanimidade por tudo que ele fez pela Bahia e por tudo que ele continua fazendo pelo Brasil.

Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das Comissões o parecer do deputado Euclides Fernandes ao projeto de resolução do deputado Ângelo Coronel que concede a Comenda Dois Julho ao ministro e ex-governador da Bahia Jaques Wagner.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, quero orientar a Bancada da Oposição a votar favoravelmente ao título. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os deputados Sandro Régis e Zé Neto recomendam suas Bancadas a votarem sim.

Em votação no Plenário.

(Os Srs. Deputados procedem à votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.366/2015, com 42 votos sim e 3 votos não. **(Publicado no DL em 29/08/2015)**

Portanto, aprovada a Comenda Dois de Julho para o ministro Jaques Wagner.

Próximo projeto. Também é do deputado Ângelo Coronel. Concede a Comenda 2 de Julho ao governador do Estado da Bahia, Rui Costa.

Faltam os pareceres...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

(O deputado Paulo Rangel fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É. Mas nesse caso, veja bem, o de Jaques Wagner ficou comigo, o de Rui Costa com o próprio Coronel e o deputado Tom ficou com o de ACM Neto, ou seja, na cota do deputado.

Eu tenho direito a um como deputado e a outro por ser membro da Mesa.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro

Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Acabamos de votar o de Jaques Wagner. Então, sugiro a V.Ex^a que vote o do prefeito ACM Neto e depois o do governador Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Foi porque estava aqui na ordem como me entregaram, mas tudo bem. Defiro o pleito de V.Ex^a.

Deputado Paulo Rangel, foi um como membro da Mesa e o outro como deputado. (Votação.)

Próximo projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Projeto de Resolução nº 2.364/2015, que concede a Comenda 2 de Julho ao prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Fábio Souto para relatar a matéria.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Projeto de Resolução nº 2.364/2015, que concede a Comenda 2 de Julho ao Exmo. Prefeito de Salvador, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto.

Sendo constitucional, eu peço a aprovação deste projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Fábio Souto ao Projeto de Resolução do deputado Ângelo Coronel que concede a Comenda 2 de Julho ao prefeito ACM Neto.

Em votação na Comissão. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário, em votação...

O Sr. Tom Araújo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Tom.

O Sr. Tom Araújo:- Presidente, assim como nós colocamos em votação aqui a Comenda do ex-governador Jaques Wagner, e reconhecidamente ele tem relevantes serviços prestados à população da Bahia, o nosso prefeito ACM Neto, desde quando assumiu a atividade política, foi deputado federal por três mandatos e também reconhecidamente um dos melhores deputados federais do Brasil. E agora, como prefeito de Salvador, é sempre bem avaliado pela população.

Então, peço aqui o voto a todo o Plenário para que a gente possa também dar a Comenda com uma votação expressiva ao Prefeito ACM Neto.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu queria recomendar à nossa Bancada que vote positivamente e façamos assim na política um gesto de respeito, apesar de adversário,

a um político que tem um papel importante na nossa cidade e no nosso Estado. Portanto, de nossa parte aqui peço à Bancada da Situação que reconheça o trabalho desse político empreendedor que tem um papel importante na nossa Bahia e vote a favor do título e da condecoração.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Nobre presidente, quero parabenizar o Líder da Oposição pela sua posição civilizada e pela sua isenção de ânimo em recomendar o voto favorável à Comenda 2 de Julho para o ex-governador. E também quero da minha parte dizer que me sinto muito feliz porque nós atingimos um estágio de civilização. Isso está demonstrado neste momento. Demonstramos que o Parlamento baiano alcançou um estágio de civilização admirável!

Eu voto e peço a todos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só falta V.Ex^a votar, deputado.

O Sr. Aderbal Caldas: (...) o voto para o prefeito de Salvador, o meu amigo ACM Neto, meritoriamente, porque tem serviços prestados e uma vida pautada dentro dos parâmetros da dignidade, portanto, merecedor desta comenda.

Recomendo e peço aos meus amigos votar favorável à Comenda Dois de Julho ao prefeito de Salvador, ACM Neto.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, eu, também, vou na direção do deputado Aderbal Caldas. Quero informar que, antes mesmo de o meu líder Zé Neto nos orientar o voto, eu já estava decidido nesta mesma direção, pois penso ser preciso saber fazer política.

Não se pode desconhecer o trabalho prestado pelo jovem ACM Neto como deputado federal e, sobretudo, o esforço que vem fazendo para organizar Salvador. Digo isso porque não é toda hora que se tem um prefeito que faz sua parte e se organizando. Afinal de contas, os ventos tendem para o nosso lado e Deus pode estar-me abençoando.

Então voto favorável à comenda para o nosso querido prefeito ACM Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O resultado desta votação foi: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.364/2015, com 42 votos sim; 3 votos não. (**Publicado no DL em 29/08/2015**)

Portanto foi aprovado o Projeto de Resolução de autoria do deputado Ângelo Coronel que concede a Comenda Dois de Julho ao prefeito ACM Neto.

O próximo projeto é, também, de autoria do deputado Ângelo Coronel que concede a Comenda Dois de Julho ao governador Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo, para relatar a matéria, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, passo a relatar o projeto de resolução nº 2.365/2015, de autoria do deputado Ângelo Coronel, que concede a Comenda Dois de Julho ao governador da Bahia, Rui Costa dos Santos.

Antes de dar o parecer, quero dizer que me sinto bastante honrado, assim como a bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, por relatar esta tão significativa homenagem a um companheiro de luta, ex-dirigente sindical, dirigente do nosso partido, deputado federal, ex-secretário de Estado e, hoje, governador do nosso Estado.

Portanto o projeto, além de importante, é legal e constitucional.

O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Paulo Rangel ao Projeto de Resolução nº 2.365/2015 que concede a Comenda Dois de Julho ao governador Rui Costa.

Em votação no âmbito da comissão.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, como V.Ex^a recomenda o voto à sua bancada?

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, da mesma forma que encaminhei o voto ao do ministro Jaques Wagner, recomendo sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Sandro Régis recomenda sim à sua bancada.

Deputado Zé Neto, como V.Ex^a recomenda o voto à sua bancada?

O Sr. Zé Neto:- Recomendo sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O Deputado Zé Neto recomenda sim à sua bancada.

(O Srs. Deputados procedem à votação.)

Passemos ao resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.365/2015, com 37 votos, sim; 9 votos, não. **(Publicado no DL em 29/08/2015)**

Portanto aprovado o Projeto de Resolução do deputado Ângelo Coronel que concede a Comenda 2 de Julho ao governador Rui Costa

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faremos a votação agora do projeto do deputado Roberto Carlos, que concede o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira ao Tenente Coronel PM Valter Santos de Araújo.

Para a votação precisamos de quórum qualificado, isto é, 32 votos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Euclides Fernandes para relatar a matéria.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Apenas para registrar o falecimento do empresário José Corgosinho de Carvalho Filho, conhecido como Dr. Zé Carvalho, da Fundação Tina Carvalho. Registro isso com pesar, pois foi um empresário importantíssimo, sobretudo para a nossa região.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Associo-me às suas palavras: um grande empresário, homem público que infelizmente nos deixou. Desejo conforto a seus familiares e parabênzo V.Ex^a por lembrar. Pode ter certeza que é aprovado por todos os Srs. Deputados aqui presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes para relatar a matéria.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, designado que fui pelo presidente Marcelo Nilo para relatar o projeto de resolução que concede o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira ao Tenente Coronel PM Valter Santos de Araújo, projeto esse da autoria do nobre deputado estadual Roberto Carlos, do PDT. Na verdade, ele traz o reconhecimento do grande trabalho prestado à sociedade baiana pelo Tenente Coronel Valter Santos de Araújo.

Esse projeto de resolução encontra-se em conformidade com a nossa ordem jurídica e com o Regimento Interno desta Casa, e para mim constitui uma honra ser o relator desse parecer em reconhecimento ao excelente trabalho prestado à sociedade baiana pelo Tenente Coronel da PM Valter Santos de Araújo.

Meu parecer é pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Euclides Fernandes no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no plenário.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, infelizmente quero trazer para esta Casa a notícia de que acaba de falecer o Dr. José Carvalho, presidente da Ferbasa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço a V.Ex^a.

Srs. Deputados, vamos votar.

(Continua a votação no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.317/2015. Com 36 votos sim e 6 votos não. (**Publicado no DL em 02/04/2015**)

Portanto, foi aprovado o Título de Cidadão Baiano ao Tenente-coronel Valter Santos de Araújo.

O próximo projeto é do pastor, deputado José de Arimatéia que concede Título de Cidadão Baiano... Mas antes vou prorrogar a sessão pelo tempo máximo de até uma hora. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Obrigado.

Deputado José de Arimatéia, nosso querido deputado pastor José de Arimatéia, concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao vereador da cidade do Salvador, Luiz Carlos de Souza.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Isidório para relatar a matéria. Aliás, não pode não, V.Ex^a é da Mesa. Então, designo o deputado Vítor Bonfim para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Vítor Bonfim para relatar a matéria.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- Projeto de Resolução 2.322/2015, de autoria do deputado José de Arimatéia.

Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao vereador de Salvador Ilm^o Sr. Luiz Carlos de Souza e dá outras providências.

O projeto é constitucional e legal, Sr. Presidente.

O Parecer é, portanto, favorável.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Parecer do nosso querido amigo, deputado Vítor Bonfim que concede o Título de Cidadão Baiano ao vereador Luiz Carlos de Souza. Em votação no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação no Plenário.

(Votação secreta no Plenário.)

O Sr. Pastor Sargento Isidório: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Gostaria de aproveitar para comunicar à Casa que amanhã, a partir das 15 horas, receberemos o secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, que receberá também a sua outorga, a Comenda 2 de Julho aqui no Plenário. Aproveito para convidar todos os deputados, que sei que gostariam de estar aqui amanhã. Peço a todos que cheguem mais cedo para podermos começar a sessão

especial mais cedo, às 14 horas é bom que os deputados já estejam aqui na Casa para podermos homenagear o nosso querido secretário de Segurança Pública.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos deputados que faltam votar.)

(Continua a votação secreta no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.322/2015, com 35 votos sim, 4 votos não e abstenção 1. **(Publicado no DL em 11/04/2015)**

Portanto, aprovado o projeto do meu querido amigo deputado José de Arimatéia.

Próximo projeto, da Mesa Diretora. Título de Cidadão Baiano ao deputado Euclides Fernandes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, passo a relatar o Projeto de Lei nº 2.369/2015, da Mesa Diretora, que concede o Título de Cidadão Baiano ao deputado Euclides Nunes Fernandes.

Quero antes dizer que para mim é uma satisfação, uma honra muito grande relatar, neste momento, a entrega desse título ao nosso deputado Euclides Fernandes, merecedor, homem íntegro, nascido na Paraíba e que se tornou um grande baiano com serviços prestados na Bahia, no Brasil e principalmente na região de Jequié.

Portanto, um título merecido e que resgata a importância deste título. Além disso, o projeto é constitucional, legal e opinamos pela sua concessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Parecer do nobre deputado Paulo Rangel que concede o Título de Cidadão Baiano ao nosso colega e nosso amigo, este paraibano, Euclides Fernandes e quando o título for aprovado passará a ser baiano mas, por enquanto, ainda é paraibano.

Em votação no âmbito das comissões. (Pausa) Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário. Projeto de Título de Cidadão ao nosso querido amigo deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação devido a se tratar de um título de cidadão da maior importância, de uma pessoa que tenho um apreço muito grande, inclusive, da mesma cidade onde militamos na política juntos, há muitos anos. Solicito de V. Ex^a. que eu também possa ser signatário desse título de cidadão ao deputado Euclides Fernandes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a fique tranquilo que é signatário, são os oito membros da Mesa Diretora.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Agradeço a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado querido.

(Continua a votação.)

O Sr. Luciano Simões Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho: - Sr. Presidente, para quem não votou, peço votos para o nobre deputado Euclides Fernandes, que já foi eleitor do deputado estadual Luciano Simões quando vereador do município de Jequié e que muito honrou aquela terra no seu mandato como vereador; e muito honra esta Casa no terceiro mandato que faz como deputado estadual, levantando o nome da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está faltando votar o deputado Euclides Fernandes.

(Continua com a votação.)

Vou encerrar.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.369/2015. Sim 38. Não 01.
(Publicado no DL em 09/09/2015)

Portanto, foi aprovado o Título de Cidadão Baiano ao nosso querido amigo deputado Euclides Fernandes. (Palmas.)

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, quero manifestar o nosso agradecimento à Mesa Diretora que teve essa iniciativa de me homenagear e me reconhecer como cidadão legitimamente baiano.

Cheguei nesta terra com 14 anos de idade e me integrei ao longo do tempo na sua vida econômica, social e política. Para mim é motivo de muito orgulho receber desta Assembleia Legislativa, dos Srs. Deputados esse reconhecimento, de ser considerado um cidadão baiano.

Agradeço a todos os deputados por esta manifestação de apreço, de carinho para com a minha pessoa.

Obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto do deputado Sandro Régis que concede Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Vice-Almirante Luiz Henrique Carolli.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Vítor Bonfim.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- Projeto de Resolução nº 2.325/2015 de autoria do deputado Sandro Régis.

Concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. Vice-Almirante Luiz Henrique Carolli.

O Vice-Almirante Luiz Henrique Carolli nasceu na cidade do Rio de Janeiro, é casado, tem três filhas, constituiu sua carreira no território da Bahia, portanto, o Projeto é legal e constitucional, Sr. Presidente. Esse é o Parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário o Projeto de Resolução nº 2.325/2015 de autoria do deputado Sandro Régis que Concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. Vice-Almirante Luiz Henrique Carolli.

Em votação...

O Sr. Jurandy Oliveira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Jurandy Oliveira

O Sr. Jurandy Oliveira:- Esta Casa hoje, Sr. Presidente, sai engrandecida pelos títulos outorgados a autoridades que preenchem requisitos de dignidade, de comportamento, de realizações. Mas queremos destacar o título do Almirante Caroli, que, representando a Marinha Brasileira, participou de muitos eventos em defesa da Pátria como militar da ativa.

Naturalmente que, ao conceder esse título, a Bahia presta homenagem, repito, a um dos militares mais dingos da história da Bahia, honrando a Marinha de Guerra. Faço isso com muito conhecimento porque sou reservista, sou submarinista, sou torpedista, conheço perfeitamente a história da Marinha de Guerra.

Então a Casa está de parabéns. O seu autor, o deputado Sandro Régis, Líder da Oposição, foi muito feliz. Parabenizo esta Casa por esse evento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica registrado seu posicionamento, deputado Jurandy Oliveira.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.325/2015, sim, 33; não, 5.
(Publicado no DL em 30/04/2015)

Portanto, aprovado o projeto de resolução 2.325/2015, do deputado Sandro Régis, que concede título honorífico de cidadão baiano ao vice- almirante Luiz Henrique Caroli.

Próximo projeto, do deputado Marcelino Galo, que concede o Título Honorífico de Cidadão baiano a Elisabeth Maria Souto Wagner, nossa querida Beth Wagner.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar o projeto, deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, passo a relatar, aqui, o projeto de resolução de autoria do deputado Marcelino Galo, que concede o Título Honorífico de Cidadã Baiana à Sr^a Elisabeth Maria Souto Wagner.

Antes, Sr. Presidente, de também passar a dar o meu parecer, quero dizer que conheci Beth há bastante tempo como militante, ainda, do Partido Comunista Brasileiro. Hoje, ela é membro do nosso partido, pessoa importantíssima na trajetória das lutas pela democracia da esquerda, principalmente no Estado do Rio de Janeiro e aqui na Bahia.

Portanto, nosso entendimento é que muito nos orgulha, principalmente àqueles que fizeram na sua militância um verdadeiro combate em defesa das garantias civis.

Sr. Presidente, além disso, esse projeto é legal e constitucional, portanto nosso parecer é favorável.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer do deputado Paulo Rangel ao projeto de resolução que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano a Beth Wagner.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação, agora no Plenário, o projeto de resolução nº 2.371/2015, do deputado Marcelino Galo, que concede Título Honorífico de Cidadã baiana a Beth Wagner.

(Votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.371/2015, com 30 SIM; 07 NÃO. **(Publicado no DL em 11/09/2015)**

Portanto, foi aprovado o projeto de resolução do deputado Marcelino Galo que concede o Título de Cidadã Baiana a Elisabeth Maria Souto Wagner.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto.

Do deputado Antônio Henrique Júnior. Concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Prefeito da Cidade de Luiz Eduardo Magalhães, Humberto Santa Cruz.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Vítor Bonfim.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- Projeto de Resolução 2.338/2015, de autoria do deputado Antônio Henrique Júnior, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Prefeito da Cidade de Luiz Eduardo Magalhães, Humberto Santa Cruz.

O projeto é constitucional e legal, Sr. Presidente. É o parecer pela aprovação legal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Vitor Bonfim no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.(Pausa).

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Eduardo Salles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles:- Quero parabenizar o deputado Antônio Henrique e pedir o voto de todos, porque Humberto Santa Cruz é uma pessoa que veio para ajudar o desenvolvimento do Oeste da Bahia, é uma pessoa que hoje é prefeito, mas foi a vida inteira agricultor e dedicou a vida inteira a essas questões do Oeste da Bahia, defendendo e difundindo a agricultura do Oeste da Bahia.

Então, gostaria de pedir o voto de todos para Humberto Santa Cruz, hoje prefeito da Luís Eduardo Magalhães, mas pessoa que tem muitos serviços prestados à Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito do plenário.
(Pausa).

Em votação.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.338/2015. Sim, 24; não, 10; abstenção, 1. Portanto, foi aprovado. **(Publicado no DL em 04/06/2015)**

O próximo projeto é o projeto de resolução da deputada Fátima Nunes que concede o Título de Cidadão Baiano ao maestro Gilmar Mendonça.

Designo para relatar a matéria o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, passo a relatar o Projeto de lei Resolução de nº 2.157/2012 da deputada Fátima Nunes que concede o Título de Cidadão baiano ao maestro Gilmar Mendonça.

O projeto é constitucional e legal. Portanto, Sr. Presidente, o meu parecer é pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Paulo Rangel no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No plenário. Em votação o projeto de resolução nº 2.157/2012 da deputada Fátima Nunes que concede o Título de Cidadão baiano ao maestro Gilmar Mendonça.

Em votação.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Concede o Título de Cidadão Baiano a quem?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ao maestro Gilmar Mendonça, um homem conhecidíssimo.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.157/2012. Sim, 28; não, 8; abstenção, 1. Portanto, foi aprovado o Título de Cidadão Baiano para o maestro Gilmar Mendonça. **(Publicado no DL em 17/08/2012)**

O penúltimo projeto é do deputado Adolfo Menezes que concede o Título de Cidadão Baiano a Francisco Joseli Parente Camelo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, passo a relatar o projeto de resolução de nº 2. 370/2015 do deputado Adolfo Menezes que concede o Título de Cidadão baiano a Francisco Joseli Parente Camelo.

O projeto é legal e constitucional, Sr. Presidente. O nosso parecer é favorável.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito da Comissão o parecer do nobre deputado Paulo Rangel ao projeto de resolução proposto pelo deputado Adolfo Menezes. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No plenário. Em votação.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, quem é o autor?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O autor é o deputado Adolfo Menezes. O projeto está tramitando há muitos meses na Casa, as pessoas têm que procurar saber para analisar.

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Sr. Presidente, cheguei um pouco atrasado à sessão no dia de hoje e gostaria de saber quais são os projetos que estão sendo votados e qual foi o critério utilizado por V.Ex^a na escolha dos devidos projetos, tanto os de título de cidadão quanto as comendas e os oriundos dos deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foram votados quatro projetos de lei de autoria dos deputados. Nomeamos uma comissão composta por vários deputados e presidida pelo deputado Fabrício Falcão que enviou para a Comissão de Justiça. A Comissão de Justiça só me devolveu esses quatro projetos de lei. As comendas são uma por deputado, quem apresentou e teve aprovada hoje não apresentará mais este ano.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- E quantas comendas vão ser votadas hoje, Sr.

Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só falta uma. O deputado Ângelo Coronel apresentou três, para Rui Costa, Jaques Wagner e ACM Neto. Na minha cota, como deputado, foi solicitada para Jaques Wagner; na cota pessoal do deputado Tom foi solicitada para ACM Neto; e ele ficou com a do governador Rui Costa. Os três não poderão apresentar mais.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Resultado Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.370/2015: 25 Sim; 9 Não e uma abstenção. **(Publicado no DL em 10/09/2015)**

Próximo projeto, o último, do deputado Marcell Moraes, que concede o título de cidadã baiana à protetora dos animais Luisa Mell.

Designo para relatar a matéria o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, passo a relatar o projeto de resolução nº 2.351/2015, do deputado Marcell Moraes, que concede o título de cidadã baiana à protetora dos animais Luisa Mell.

Sr. Presidente, o projeto é legal e constitucional. Somos pela sua aprovação.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Paulo Rangel no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- No plenário o projeto do deputado Marcell Moraes que concede Título de Cidadão Baiano à protetora dos animais, Luiza Mel. Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado no Plenário; Em votação.

Srs. Deputados, não saiam, está faltando votar o segundo turno do projeto da vaquejada.

Resultado. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.351/2015: sim, 29; não, 8. Portanto, aprovado o projeto de resolução do deputado Marcell Moraes, que concede Título de Cidadão Baiano à protetora dos animais. **(Publicado no DL em 28/07/2015)**

Antes de encerrar a sessão, convoco uma sessão extraordinária a ser realizada 1 minuto após o encerramento desta para votarmos em segundo turno o projeto da vaquejada, do deputado Eduardo Sales.

Declaro encerrada esta sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.